

POLITECNIA

Revista do Instituto Politécnico de Lisboa

Ano VI • Nº 12 • Junho de 2006



Um tesouro escondido

20

Na Escola Superior de Educação de Lisboa existe um fabuloso espólio de documentos e livros raros, com mais de dois séculos, praticamente desconhecido da comunidade académica. A preservação desse tesouro deve-se sobretudo ao empenho do professor Moreirinhas Pinheiro que tem dedicado os últimos anos da sua vida a este trabalho. Entre as preciosidades ali existentes encontra-se o Dicionário Universal de Educação e Ensino, de 1886, traduzido por Camilo Castelo Branco.



26



O presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, Augusto Guedes, diz que é hora de pôr ordem no exercício da profissão, impedindo a prática de engenharia ilícita e ilegal. Atento às mudanças decorrentes da aplicação do Processo de Bolonha, ele adverte para a circunstância de ser esta a oportunidade de mudar o ensino e a prática da engenharia em Portugal.

40



Na Escola Superior de Comunicação Social existe um estúdio de cenografia virtual que é único no ensino superior em Portugal. Esta tecnologia de vanguarda permite aos alunos uma preparação para os novos desafios exigidos pelo desenvolvimento permanente da sociedade mediática.

48

Em vésperas de completar cinquenta anos de carreira artística, João Mota, é o protagonista desta edição da *Politecnia*. Discípulo de Peter Brook, o antigo professor da Escola Superior de Teatro e Cinema, é um dos grandes renovadores do teatro em Portugal e um pedagogo exemplar.



Sumário

- 5 **Parar Para Pensar**
L. M. Vicente Ferreira
- 6 **Amanhã Será Notícia**
Parceria IPL Brisa
Um totem em Benfica
Congresso de Arqueologia
- 14 **Ronda das Escolas**
- 18 **Para Reflectir**
A importância da voz
Catarina Olim e Sónia Neto
- 20 **Memória**
O tesouro escondido
Vanessa de Sousa Glória
- 26 **A Grande Entrevista**
Augusto Guedes alerta
Paulo Silveiro
- 34 **Vocações & Afectos**
A médica que ama a música
Jorge Silva
- 36 **O Acontecimento**
Vencer na Áustria
Jorge Silva
- 40 **Novo e Interessante**
Cenografia Virtual na ESCS
Paulo Silveiro
- 45 **Profissão**
O *detective* do Egas Moniz
Vanessa de Sousa Glória
- 48 **O Protagonista**
Perfil do João Mota
Vanessa de Sousa Glória
- 57 **Mala Diplomática**
Missão a Macau
Livro Branco da Comunicação
Mafalda Eiró Gomes
- 60 **Estante**
- 66 **Tribuna Livre**
Rui M. P. Almeida

Bolonha e a reestruturação dos cursos

A pesar de todas as vicissitudes a que assistimos nos últimos meses, relativamente ao processo de adequação das formações superiores à Declaração de Bolonha, nomeadamente com o Decreto Lei 74/2006 de 24 de Março e o regulamento 7287-B/2006 de 31 Março, cujas datas de publicação deixaram prazos muito curtos, quase impossíveis de cumprir, para a candidatura de 31 de Março 2006, o IPL e as suas unidades orgânicas entenderam e assumiram, desde o início, que deveriam empenhar-se profundamente no sentido de apresentar a nova formulação dos cursos para a candidatura do ano lectivo de 2006/2007.

Importa, por isso, e em primeiro lugar, elogiar todo o trabalho desenvolvido nas unidades orgânicas e o esforço quase sobre-humano dos docentes envolvidos no processo que, de modo responsável e atempadamente, souberam dar resposta, trabalhando, em muitos casos, 24h sobre 24h. A realidade é que conseguiram no tempo que intermediou a aprovação da legislação, 6 dias para Decreto Lei 74/2006 e 0 dias para o regulamento 7287-B/2006, apresentar os respectivos projectos de reestruturação dos cursos com um nível muito elevado de qualidade, no contexto que foi definido para o ensino politécnico. Tal facto, que só foi possível por todo o trabalho que já vinha a ser desenvolvido anteriormente, é merecedor do nosso maior apreço.

No caso das adequações de primeiro ciclo com duração de três anos, poder-se-á dizer que esse esforço já foi recompensado com a aprovação de todos os cursos apresentados. Todavia, faltam ser aprovadas as adequações de quatro anos, apresentadas na área da saúde, bem como os primeiros e segundos ciclos novos das restantes áreas científicas. Para que todo esse trabalho dispendido não seja em vão e não se traduza num grande sentimento de frustração, espe-



L. M. Vicente Ferreira

Ter como referencial de qualidade instituições do espaço europeu não significa que sejamos obrigados a um mimetismo exacerbado relativamente a esses referenciais, tanto mais que há áreas do conhecimento em que os referenciais para a Europa bem poderíamos ser nós próprios

ramos que também estes venham a ser aprovados rapidamente.

Ter como referencial de qualidade instituições do espaço europeu não significa que sejamos obrigados a um mimetismo exacerbado relativamente a esses referenciais, tanto mais que há áreas do conhecimento em que os referenciais para a Europa bem poderíamos ser nós próprios. Em áreas como a saúde, o tempo de três anos para a licenciatura pode ser demasiado curto para muitas das formações que ministramos, porque a exigência de um curso de qualidade deve estar alicerçada, neste caso, em competências técnico-científicas consolidadas e no desenvolvimento holístico do discente com vista à aquisição de uma elevada maturidade deontoló-

gica e profissional. A não ser assim, poderemos pôr em risco, de forma directa, a saúde pública e a própria vida dos cidadãos.

Também não comungamos da ideia que sejam entendidos como cursos novos, não excepcionados, alguns primeiros ciclos que derivam de licenciaturas de 4,5 anos e de 5 anos com vários ramos de especialização. De facto, as estruturas curriculares de 3 anos de bacharelato, mais um ano e meio ou dois anos de ramos de especialização em áreas de conhecimento afins, não podem agora ser suportadas apenas por estruturas de licenciaturas de 3 anos. Devem, sim, ser suportadas por novos cursos de raiz com base nas especializações dos vários ramos do curso da licenciatura anterior. Não admitir que uma licenciatura anterior de 4,5 ou 5 anos, com dois ou mais ramos, se possa dividir em novos cursos, tantos como os ramos existentes em novas licenciaturas de 3 anos, é pugnar por um ensino medíocre e de baixa qualidade, sobretudo se não for, como parece ser a proposta da regulamentação das vagas para o ensino superior, admitida a abertura de novos cursos, conceptualizados segundo a matriz que acabámos de descrever.

Por último, importa referir que, para nós, é fundamental a aprovação dos segundos ciclos, sob pena, se não acontecer, de poder vir a registar-se fortes convulsões sociais dentro das instituições, quer ao nível dos docentes, quer ao nível dos alunos. Mas, nesta matéria, também entendemos que a formação avançada do segundo ciclo deve incrementar no aluno um alto nível de conhecimento científico e tecnológico para o exercício das profissões e a capacidade para o desenvolvimento de processos de investigação que, mesmo sendo de índole aplicada, deverá ser sempre comprovada e avaliada com trabalho científico inovador suportado através da respectiva dissertação.

IPL-Brisa: parceria para o futuro

O Instituto Politécnico de Lisboa e a Brisa – Auto-estradas de Portugal SA assinaram um protocolo de cooperação destinado a fomentar a investigação, a formação e a assessoria técnico-científica em áreas consideradas de mútuo interesse. O grande beneficiário deste acordo é o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa que, desde 2002, é parceiro da Brisa nas áreas técnico-científicas e que assim reforça a sua posição estratégica nos campos da inovação tecnológica.

O INSTITUTO Superior de Engenharia de Lisboa iniciou com a Brisa, no ano 2002, um projecto denominado Aces, que estendia o pagamento da Via Verde aos parques de estacionamento e às bombas de gasolina, designado hoje apenas como Via Verde. O desafio consistia, então, em criar novos serviços. O ISEL começou por propor um Bus de integração, que permitia a interoperabilidade entre os diferentes subsistemas, tendo mais tarde passado a ser designado por Itsibus (Intelligent Transport Systems Interoperability Bus), que constitui hoje a plataforma tecnológica que está em funcionamento em todas as portagens a nível nacional e em alguns parques de estacionamento e que irá estar, brevemente, disponível nas bombas de gasolina. Esta plataforma foi desenvolvida inicialmente por uma equipa do ISEL, tendo numa segunda fase sido concretizada por um conjunto de empresas, uma delas a Makewise, formada por um ex-aluno do ISEL e outro do Instituto Superior Técnico.

Por outro lado, o ISEL esteve re-



Modelo de parquímetro, que permite pagamentos por telemóvel, exposto na FIL

centemente presente, com a Brisa, na edição 2006 do Salão Internacional do Automóvel que se realizou nos pavilhões da Feira Internacional de Lisboa, de 28 de Abril a 7 de Maio. A participação do Instituto neste evento resultou da vontade da Brisa em apresentar uma mostra dos seus projectos de inovação, como refere o Eng.º Luís Osório, representante do ISEL neste certame. A empresa

de auto-estradas volta assim a sublinhar a importância dos projectos que desenvolve com a sua rede de parceiros académicos, em que o ISEL está integrado.

Luís Osório defende o reforço da cooperação entre os parceiros da Brisa, como forma de otimizar as relações entre a academia e a indústria. Isso assegura o financiamento da investigação e a continuidade da investigação dos bolsiros. E permite que mais empresas venham a acrescentar, num futuro próximo, valor às novas soluções. Pode inclusivamente tentar-se, no âmbito da política de internacionalização da Brisa, que Portugal passe de importador a exportador.

Ser parceiro na inovação tecnológica permite aos intervenientes, como o Grupo de Investigação Aplicada em Tecnologias e Sistemas de Informação, a que Luís Osório pertence, ter financiamento para que 16 bolsiros estejam a fazer investigação. Após quatro anos de cooperação, três finalistas foram já contratados, dois pela Brisa e um por uma empresa sua subcontratada.

Uma empresa na vanguarda

A inovação e o desenvolvimento são uma aposta clara da Brisa. Neste sentido foi já criada na empresa a Direcção de Inovação e Tecnologia, de apoio à gestão. O modelo alicerça-se num sistema de parcerias, que deu origem a uma rede que integra instituições de Ensino Superior, institutos de investigação científica, agências e as principais concessionárias de auto-estradas do País. O objectivo desta política de cooperação é dinamizar o processo de inovação, utilizando a capacidade existente no Ensino Superior,

para resolver os problemas concretos com que a empresa se depara na sua actividade – segundo a explicação do Eng.º Sales Gomes, director de Inovação e Tecnologias da Brisa. A resolução desses problemas traduzir-se-á na produção de novos produtos que, para além da sua utilidade para a empresa, poderão mais tarde ser lançados no mercado. A Brisa assegura ainda, por esta via, a oportunidade de recrutar quadros de alto potencial, entre os elementos que se destaquem nos projectos.

Projecto 1 Micro pagamentos com telemóvel

O PROJECTO WIMO vai permitir o pagamento nos parquímetros de Lisboa por telemóvel, desde que o telefone móvel possua comunicação *bluetooth*. Facilita-se assim a vida aos cidadãos, livrando-os do incómodo de arranjar moedas e reduzindo o armazenamento dos metais nos parquímetros. A tecnologia foi já desenvolvida e está pronta a passar à fase de produção, cabendo esse papel à Brisa e a um conjunto de empresas associadas, com o acompanhamento do ISEL.



Foto de Pedro Pina

Projecto 2 Identificador automático de matrículas

O PROJECTO ALPR (Advanced Licence Plate Recognition), permite o reconhecimento automático de matrículas dos carros com base em técnicas de visão artificial. A tecnologia funciona através de uma fotografia composta, gerada a partir do processamento de um conjunto de imagens, donde são extraídas as matrículas traseira e dianteira das viaturas. O equipamento está já em fase de produção, apesar de continuar a haver ainda, em termos de investigação e desenvolvimento, melhorias a conseguir. A nova tecnologia irá valorizar bastante a oferta do sistema da Via Verde.



Foto de Pedro Pina

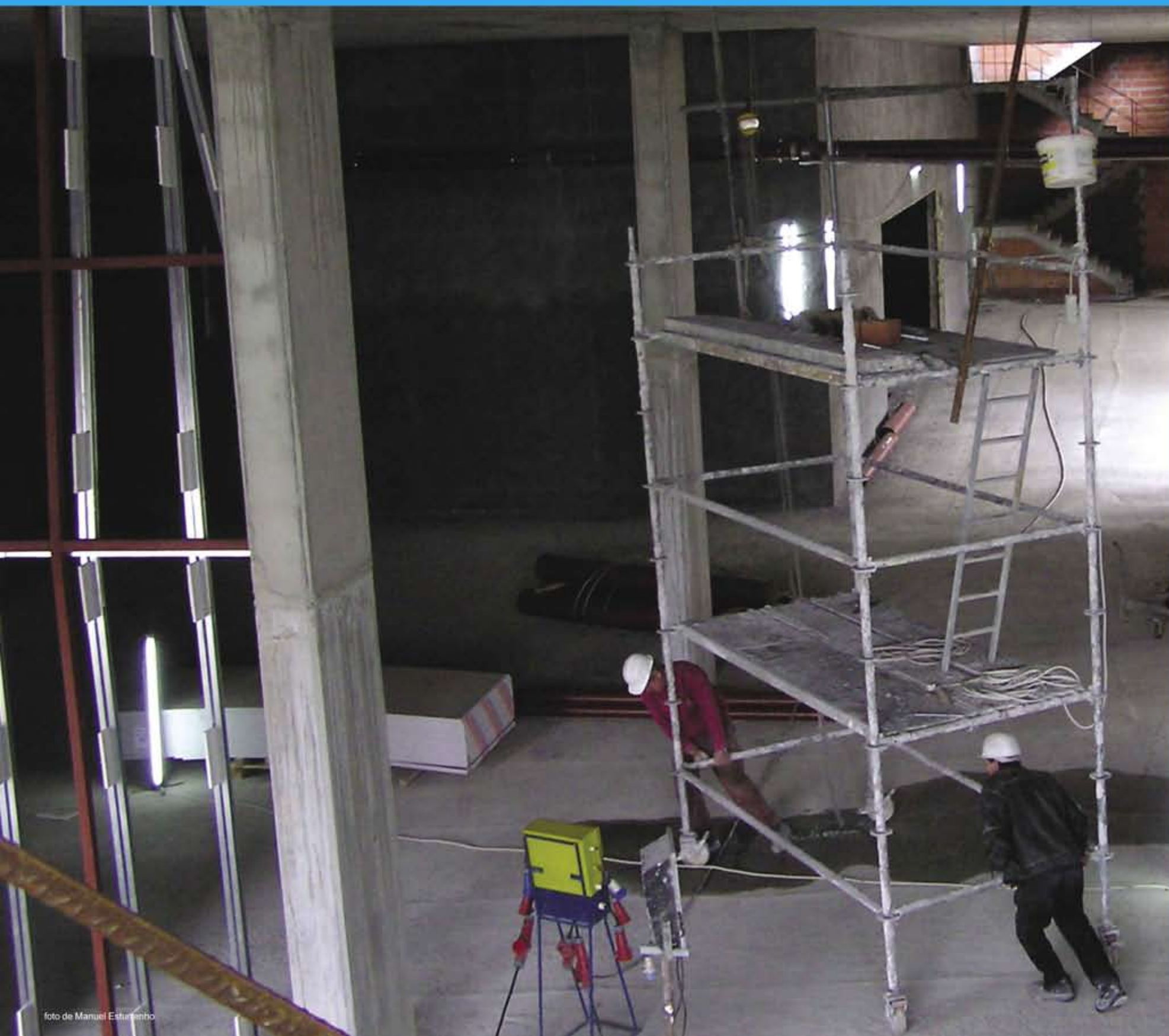
Projecto 3 Identificador Internacional de portagens

O projecto *On Board Unit Interoperability* é um novo tipo de identificador. Para além da tecnologia *Dedicated Short Range Communication*, já incorporada, que assegura a comunicação entre o identificador, no carro, e a antena da portagem, a 12 metros de altura, ele permite, através de um link de 5,8 G, a interoperabilidade com o sistema de GPS de posicionamento. A nova tecnologia, desenvolvida no ISEL, vai oferecer novos serviços e a interoperabilidade entre Portugal e países com sistemas automáticos de portagens, do tipo Via Verde. Está na fase de registo de patente, desenvolvido em colaboração com a Universidade de Aveiro.



Brisa

Um “totem” em Benfica



Em termos simbólicos, o novo edifício da Escola Superior de Música de Lisboa, em construção no Campus de Benfica, irá emergir como um “totem” unificador, estimulando o sentimento de pertença e o espírito de corpo. A sublinhar a lição de Antonio Strati, de que *as arquiteturas organizacionais não só condicionam simbolicamente os indivíduos que participam na vida da organização, como são elas próprias formas completas de comunicação organizacional.*

*Textos de Cecília de Almeida Gonçalves
Fotos de Manuel Esturrenho*

A Escola Superior de Música de Lisboa teve o seu início em 1983, sobre os “alicerces” da Secção de Música do Conservatório de Lisboa – designado desde 1930 “Conservatório Nacional” – instituição de ensino então extinta e que deu origem a cinco novas escolas: Escola Superior de Teatro e Cinema, Escola Superior de Dança, Escola Superior de Música, Escola de Dança e Escola de Música. Estas duas últimas, responsáveis pelos níveis básico e secundário das respectivas especialidades, vieram, mais tarde, reivindicar a inclusão do nome “Conservatório Nacional” nas respectivas designações.

Com o nome de *Conservatório* assim claramente associado, desde então, aos níveis não superiores de ensino, as novas Escolas Superiores assumiram-se como estabelecimentos *ex-novo*, sem que nenhuma renegasse, contudo, a sua escola *mater*, naquilo que representava o melhor da respectiva tradição, procurando conjugá-lo com as novas oportunidades proporcionadas pelo estatuto de Ensino Superior Politécnico que então lhes foi atribuído.

Para que passassem de projecto no diploma legal que as criou (Decre-

to-lei 310/83, de 1 de Julho) a realidade concretizada, uma das principais dificuldades a ultrapassar foi a referente aos espaços de funcionamento, uma vez que o convento da Rua dos Caetanos (onde funcionava desde 1836 o Conservatório de Lisboa) se revelava insuficiente para acolher as cinco novas escolas.

No que diz respeito à Escola Superior de Música de Lisboa (ESML), integrada no Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) em 1985, as actividades lectivas iniciaram-se em 1986/87 nalgumas salas do velho edifício, mas rapidamente se tornou notória a incapacidade de expansão nos limites do mesmo, pelo que foi necessário arrendar instalações num edifício relativamente próximo. Com o desenvolvimento das suas actividades, a ESML foi obrigada a recorrer a diversos espaços complementares, realizando actividades lectivas, exames, concertos, etc., no Instituto Gregoriano de Lisboa, na Igreja Evangélica Alemã, na Fundação Calouste Gulbenkian, no Centro de Estudos Judiciários, no Palácio da Independência, no Museu de Arte Antiga e no British Council, para citar apenas algumas das instituições que têm acolhido, com maior regularidade, as actividades lectivas, artísticas e culturais.



A ESML escolheu como Dia da Escola o dia 5 de Maio, data do decreto pelo qual a Rainha D. Maria II criou, em 1835, um Conservatório de Música em Lisboa, mais concretamente na Casa Pia, o qual teve várias configurações e designações ao longo da sua existência, constituindo com o Conservatório Nacional de Teatro, a partir de 1930, uma instituição designada Conservatório Nacional, extinta em 1983 enquanto estabelecimento de ensino.

O edifício da ESML, em construção no

Campus de Benfica do IPL, vai permitir à escola a sua reunificação física e a sua instalação em espaços suficientes e adequados ao desenvolvimento da sua missão, permitindo falar-se de um verdadeiro "renascimento" da instituição, em termos quer simbólicos, quer materiais.

Do ponto de vista simbólico, o edifício vai assumir, para os actores internos, uma função de "totem", de elemento unificador, que permitirá reforçar o sentimento de pertença e um espírito de corpo facilitadores quer de uma cultura de participação quer

do desenvolvimento pessoal, profissional e social de cada um, a nível individual e a nível colectivo. Para o exterior, o edifício dará à escola o "rosto" que até agora lhe foi negado, permitindo-lhe uma identificação própria e distintiva, de sinalização de uma presença na cidade e na vida social e cultural local, nacional e internacional.

Do ponto de vista material, há que reconhecer, desde logo, a *harmonia* entre o projecto arquitectónico e o projecto pedagógico e artístico que nele se vai desenvolver. Se toda a obra de arte não

está completa sem a sua apresentação perante um público, um dos locais tradicionalmente considerados mais sagrados para essa exposição, no que se refere à Música é o auditório, uma sala de concertos com dignidade adequada ao cumprimento do ritual que é a apresentação da obra musical, pelo criador (compositor) ou co-criadores (os intérpretes). Tal como grande parte do ensino ministrado converge para este momento, centralizando-se nele (por vezes até de forma excessiva, para alguns...), também o edifício

em construção se desenvolve com o auditório no seu centro, assinalando assim simbolicamente o papel central que esse espaço tem na vida de uma instituição de ensino artístico. Por outro lado, o edifício ficará implantado num *Campus* com uma paisagem envolvente desinteressante em termos estéticos e perturbadora em termos sonoros. Para criar a atmosfera necessária a uma actividade pedagógica e artística consentânea com a qualidade exigida à formação de profissionais ao mais alto nível, o edifício desenvolve-se

"para dentro", em torno de um pátio interior ou "claustro", que permite o isolamento do mundo exterior propício àquele *desideratum*.

Por seu lado, a dimensão e a tipologia dos espaços proporcionados pela nova construção vão permitir à ESML alargar a sua oferta formativa a áreas que ainda não assegura, desde as mais básicas (Tuba, Harpa) às mais especializadas (Formação de Professores, de Acompanhadores Musicais e de Correpetidores, Música Antiga, Jazz, Música Tradicional



Entre o sonho e a realidade

O edifício da ESML no *Campus* de Benfica vem potenciar o cumprimento da missão da escola de criar um ambiente propiciador de práticas pedagógicas, artísticas, culturais e sociais que permitam aos estudantes o máximo desenvolvimento das suas potencialidades como pessoas, profissionais e cidadãos críticos e intervenientes, capazes de contribuir para o enriquecimento da vida cultural da sociedade, respondendo às necessidades e desenvolvimentos desta mas também estimulando, de forma criativamente pró-activa, esse desenvolvimento, a nível local, nacional e internacional. O desafio é conseguir o equilíbrio entre o *sonho* legítimo dos estudantes e o facultar-lhes o conhecimento da *realidade* em que vão concretizar a sua actividade para os ajudar a construir, à sua medida, o projecto de vida profissional que lhe assegure realização pessoal com relevância social.

A obra em curso permite, sem dúvida, perspectivar novas e estimulantes oportunidades para o cumprimento desta missão e para a "obra" que a ESML vem construindo, desde a sua

criação, num processo de "composição" que exigiu dos seus "criadores" (estudantes, docentes e corpo de apoio logístico) muito de trabalhosa "inspiração" e muito de penosa "transpiração", dadas as degradantes condições físicas em que se tem desenvolvido. Se, apesar deste constrangimento, é hoje visível e reconhecida a qualidade da "obra" da ESML, o novo edifício virá inegavelmente contribuir para o reforço qualitativo dos projectos organizacionais e das imagens da ESML e do IPL, desde que ao esforço da sua construção se vier juntar o das restantes condições para o seu efectivo funcionamento: equipamentos, segurança, manutenção.

As imagens que acompanham este artigo, ao mostrarem uma construção que, a partir de profundos alicerces, se elevará em espiral, revelam até que ponto o edifício pode funcionar como uma metáfora que permite "comunicar" a missão da ESML, nesta versão assim resumida: formar artistas com os pés solidamente apoiados na terra e o olhar erguido para o céu.

Portuguesa, Músicas do Mundo, Teatro Musical, Música para Cinema e Multimedia, etc.), sem esquecer uma área tão determinante como a do apoio aos estudantes com vista à sua inserção na vida activa. Sendo a carreira de um artista, em geral e a de um músico, em particular, construída a partir não de uma única actividade

mas de uma "carteira" de actividades – da qual fazem sempre parte, salvo raríssimas excepções, pelo menos a execução/composição e a docência – torna-se necessário desenvolver num músico as suas capacidades técnicas e artísticas, mas também as suas capacidades relacionais, de comunicação e de empreendedorismo, indispensáveis num sector onde se deve falar mais de *trabalho* do que de *emprego*, uma vez que grande parte das actividades que constituem a "carteira" do músico são auto-criadas, têm que partir da sua iniciativa e da sua capacidade de gerar e gerir projectos criativos e de qualidade. E sendo hoje reconhecido que as escolas não podem alhear-se desta articulação com as perspectivas de trabalho dos seus diplomados, a ESML poderá, nesta nova fase do seu desenvolvimento, proporcionar uma formação mais abrangente, que dê ao músico gestor da sua carreira os instrumentos necessários à busca da sua plena realização pessoal e profissional e da sua intervenção qualificada na vida da comunidade.

Essa formação abrangente que a ESML, como qualquer outra instituição de ensino superior, deve assegurar, não pode ser feita exclusivamente no interior de si própria, por muito sedutoras e centripetas que sejam as condições arquitectónicas desse interior, como parece adivinhar-se que serão as proporcionadas pelo novo edifício. O estádio das artes e de outros tipos de conhecimento é o do esbatimento das fronteiras entre territórios,

obrigando a cruzamentos que ultrapassam, muitas vezes, a simples colaboração entre esses territórios e dando origem a campos novos de experimentação e de saber. Por outro lado, as orientações decorrentes da Declaração de Bolonha vão no sentido de uma maior flexibilização dos percursos formativos, que devem responder quer aos interesses individualizados dos estudantes, quer às novas necessidades sociais (que não podem ser encaradas na perspectiva de submissão passiva aos interesses do mercado de trabalho) Ora todo este contexto aponta para uma cooperação estreita entre instituições de formação, com a constituição de redes e parcerias que permitam, a cada uma, dar o seu melhor contributo para projectos comuns, designadamente a nível dos ciclos da formação pós-graduada e em projectos de Formação ao Longo da Vida.

Dada a situação geográfica do novo edifício, é possível antever uma fecunda cooperação com as restantes escolas do IPL instaladas no *Campus*, bem como, dadas as excelentes condições intrínsecas do edifício, o acolhimento e a construção de projectos de e com outras escolas, designadamente com as restantes escolas artísticas do IPL e com as 20 escolas superiores de música europeias com as quais a ESML tem acordos de cooperação, incrementando as iniciativas que a escola vem já desenvolvendo com estas instituições nacionais e europeias.

Formar públicos

A localização da ESML numa zona de Lisboa densamente povoada – com uma população infantil e juvenil expressiva, se atendermos ao número de jardins de infância e escolas de ensino não superior existentes – vai permitir à escola facultar aos seus alunos uma experiência absolutamente indispensável para a sua vida profissional: a da formação de públicos.

Com efeito, num contexto estrutural de progressiva escassez de verbas públicas para o financiamento da Cultura, as actividades culturais, em geral e as artísticas, em particular, vão passar a depender cada vez mais de públicos pagadores (indivíduos e empresas) e menos de subsídios estatais ou autárquicos, pelo que os "produtores" dos bens culturais deverão saber identificar potenciais "compradores" desses bens e dominar os meios para disputar, contra outras actividades, os recursos desses compradores, sejam eles o seu interesse, o seu tempo ou o seu dinheiro.

Sob este ponto de vista, o "bairro" de Benfica permitirá ensaiar, num ambiente de "proximidade", estratégias que permitam aos estudantes seduzir determinados públicos – infantis, juvenis, 3ª idade – e fidelizá-los a projectos que tenham qualidade artística mas também sentido sócio-cultural, representando uma mais-valia para a comunidade, num "exercício artístico-social" cujos ensinamentos os estudantes poderão/deverão transpor para campos mais vastos, na sua actividade profissional ao longo da vida.



Lisboa capital mundial de arqueologia

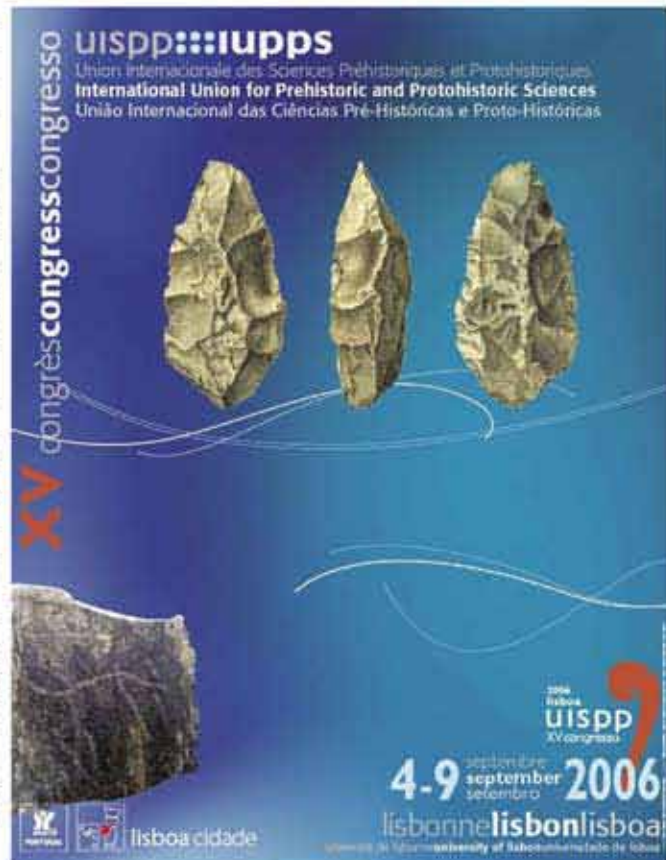
Lisboa será a capital mundial das ciências arqueológicas ao receber, em Setembro 2006, de 4 a 9 na Universidade de Lisboa, na Alameda da Universidade, o XV Congresso da União Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-Históricas organizado pelo secretariado nacional sediado no Instituto Politécnico de Tomar, sob direcção do Professor Doutor Luiz Oosterbeek e co-organizado pelo Instituto Politécnico de Lisboa.

A União Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-Históricas, fundada em 1931, segue a tradição dos Congressos Internacionais de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas e é membro do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, associada à UNESCO.

O Congresso decorrerá sob a Presidência do senhor Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge, da Universidade de Porto, e será organizado em Secções, *Workshop* e Colóquios com o objectivo de reunir diversos especialistas de todo o mundo, para discutir uma variedade de assuntos visando todos os domínios, períodos e temas de arqueologia.

Segundo o Secretário-geral da UISPP, Jean Bourgeois, Professor da Universidade de Gent, Bélgica, a realização do Congresso em Lisboa permitirá desenvolver a missão internacional e mundial da UISPP, a partir do passado histórico e situação geográfica de Portugal, utilizando o nosso país como uma "ponte" para estabelecer novos contactos com África e a América do Sul.

Todas as sessões têm lugar em salas na Cidade Universitária, nas Faculdades de Letras, Direito e Ciências e são de acesso livre para os congressistas, excepto as reuniões restritas de âmbito socioprofissional ou outro. As Conferências Públicas, organizadas à hora do almoço todos os dias, destinam-se a apresentar ao grande público as principais descobertas ou temas novos da Pré-História Mundial, e são de acesso livre para todos os cidadãos interessados.



Programa Geral

4 DE SETEMBRO

9.30 – Cerimónia de Abertura, na Aula Magna da Reitoria de Lisboa
 13.00 – Conferência Pública
 14.00 – Sessões
 18.30 – Recital (Salão Nobre da Reitoria)
 18.00 – Reunião (restrita) da Comissão Internacional sobre as Sociedades do Paleolítico Superior
 21.00 – Exposição "O Mundo Simbólico da Cultura Tapajônica, Santarém, Amazônia, Brasil", no Museu de Arqueologia
 Grandes temas: As origens do Homem Moderno na Europa; Sociedades humanas e desertificação; As origens da agricultura

5 DE SETEMBRO

9.00 – Sessões
 13.00 – Conferência pública

6 DE SETEMBRO

14.00 – Sessões
 18.00 – Reuniões de Comissões Científicas Internacionais e de organizações filiadas
 Grandes temas: O Paleolítico na Eurásia, Tecnologia da exploração de materiais pétreos: sílex, quartzitos,...; Arte Rupestre: ideologia e conceitos

7 DE SETEMBRO

9.00 – Sessões
 13.00 – Conferência pública
 14.00 – Sessões
 18.00 – 2ª Reunião (restrita) do Conselho Permanente da UISPP
 Grandes temas: Estudos de ADN antigo e origens do Homem; Arquitecturas na Pré-História; Arte Rupestre e Estética

8 DE SETEMBRO

9.00 – Sessões
 13.00 – Conferência Pública
 14.00 – Sessões
 Grandes temas: Evolução Humana e os primeiros habitantes na Europa; Informática em Arqueologia; Arqueologia e arte rupestre em grutas; Arqueologia no Brasil

9 DE SETEMBRO

9.00 – Sessões
 13.00 – Conferência Pública
 14.00 – Sessão solene de encerramento
 15.00 – Conferência Nacional HERITY: Gestão de Qualidade do Património Cultural
 Grandes temas: A mais antiga arte rupestre no Mundo; Gestão de Qualidade de sítios Pré-Históricos

ISEL: o futuro sem barreiras

O EDIFÍCIO Ferreira Cardoso, o novo espaço destinado ao Curso de Engenharia Civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, inaugurado dia 6 de Março, é uma construção modular, sem barreiras arquitectónicas. O projecto, virado ao futuro, e que amplia o grau de exigência na transmissão de conhecimentos, é da autoria do arquitecto Armando Sousa, da Progitap. A sua construção, decorreu de Dezembro de 2003 a Fevereiro de 2005 e foi confiada à Certar.

A construção ergue-se a nascente do Campus do ISEL, com uma área coberta de quase 12 mil metros quadrados, distribuída por sete pisos. Tem 33 salas de aula com capacidades variáveis até 45 alunos, duas salas de Projecto e de Informática, anfiteatro, Mediateca, Centro de Informática, Centro de Estudos, e nove Laboratórios e Gabinetes para docentes e investigadores distribuídos por seis pisos.

Os nove laboratórios estão destinados a Mecânica dos Solos, Ciências da Terra (Física e Química), Mecânica Computacional, Unidade Informática, Transportes, Topografia, Estruturas, Materiais de Construção e Hidráulica. Estes laboratórios dão apoio às aulas, complementando o ensino teórico-prático. Através deles os alunos familiarizam-se com equipamentos, técnicas e procedimentos experimentais e apoiam as actividades de I&D, que até permitem a concretização de teses de mestrado e de doutoramento. Têm ainda uma estreita colaboração com o Centro de Estudos de Engenharia Civil.

O novo edifício possui um muro



Laboratório do novo edifício: modelos para a análise do comportamento estrutural

de reacção, no Laboratório de Estruturas. Esse muro, único em Portugal Continental, permite a realização de ensaios pseudo-dinâmicos, até ao colapso, em modelos físicos de grandes dimensões. E está capacitado para nele serem aplicadas forças em três dimensões.

O Departamento de Engenharia Civil esperava, há muitos anos, a possibilidade de ter um edifício próprio, como exigência básica para um serviço de qualidade, tanto no ensino como na investigação. Foi agora, finalmente, possível reunir, debaixo do mesmo tecto, salas de aula, laboratórios e gabinetes de Docentes e de investigadores. Trata-se de num espaço amplo e luminoso que atrai e encoraja o estudo e dinamiza a investigação.

Os estudantes podem contar com espaços próprios para o trabalho em

equipa e, simultaneamente, usufruir do apoio directo dos seus orientadores. Esta é uma das vertentes que o Processo de Bolonha vem introduzir no sistema de ensino: o apoio tutorial aos discentes para a concretização dos seus objectivos.

Como incentivo à investigação, o ISEL irá abrir-se mais ao exterior, construindo parcerias com outros estabelecimentos de ensino superior e com empresas ou organismos oficiais. Com o apoio dos novos espaços, adequadamente equipados, transmitirá mais e mais competências aos docentes, aos alunos e à sociedade, investigando e trabalhando sistematicamente a melhora contínua. Tudo isso no respeito aos valores culturais, que sempre caracterizaram a prestigiada instituição académica.

Cristina Brito Machado

O homem sonha ... e a obra nasce



Ferreira Cardoso, o patrono do novo edifício, sonhou e trabalhou para a sua criação, razão pela qual o corpo docente do ISEL decidiu baptizar o novo espaço destinado à Engenharia Civil com

o seu nome, unindo nesse simbolismo passado e futuro.

O prestigiado técnico, já falecido, foi um engenheiro civil que, para além de ter exercido a actividade profissional de forma notável, desempenhou funções no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1975. Ali adoptou como actividade principal, a partir de 1980, a

vertente pedagógica e a gestão escolar.

Desempenhou no ISEL funções de membro da Assembleia de Representantes, presidente da Comissão Científico-Pedagógica de Engenharia Civil e presidente dos Conselhos Directivo e Pedagógico. Foi ainda o primeiro presidente do Departamento de Engenharia Civil, onde deixou uma marca indelével.

Vídeo Arte e silêncio na Dança



NO PROPÓSITO de se abrir a outras áreas das artes que se possam interligar, de alguma forma, com a dança, a Escola Superior de Dança acolheu, em Janeiro, no átrio, o espectáculo *Ambvisual*, promovido pela Associação para o Desenvolvimento da Arte Audiovisual e Avançada em Lisboa. O evento, silencioso, de relações com outras realidades, contou com a participação da Dub Video Connection, a Telenoika de Barcelona e a Invaders, que mostraram trabalhos de Vjs emergentes, selecções de videoarte das escolas Restart, Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha e Faculdade de Belas Artes de Lisboa.

O espectáculo mostrou ainda as *Vistas Divinas*, um trabalho de captação de imagem e modificação em tempo real, concebido pela OBP; e *Tutu*, cujas autoras (Prisca Martaguet e Xen Vargova) trabalharam com alunos da Escola Superior de Dança.

Sophia e a consciência do actor

DOIS exercícios comentados sobre a consciência do actor em cena – centrados nos textos «A Viagem», de Sophia de Mello Breyner, e na «Fedra», de Racine e Sarah Kane – constituíram o primeiro momento alto das actividades da Escola Superior de Teatro e Cinema em 2006.

A apresentação destes exercícios pelos alunos de Teatro, sob orientação do professor João Brites, gerou um acontecimento excepcional na vida da instituição. Pela sua envolvente pedagógica, técnica e artística; e pela mobilização da Escola (professores, alunos e funcionários) na prossecução dos eventos.

A apresentação foi pública, colocando os alunos em contacto com o público, o que representa uma novidade na aprendizagem. Trata-se de situações em que o aluno já não conta apenas com a presença de professores e colegas, mas também a observação de desconhecidos ao seu processo de trabalho. É de uma avaliação que se trata, e que exige evolução.

Esses momentos envolvem uma tensão que, no âmbito escolar, é exigente mas construtiva. E é também um momento de festa, uma vez que as públicas são o culminar dos processos que devem prevalecer sobre os resultados da apresentação.

A realização deste tipo de

exercícios implica determinação, esforço logístico e empenhamento afectivo. Trata-se de momentos de encontro do Departamento consigo próprio, e com quem o visita. Assim se promove a reflexão, o balanço e a projecção do futuro das suas práticas, numa perspectiva de participação activa de todos os interessados.

Os alunos são chamados a reflectir sobre até que ponto despem completamente o seu 'eu' para encarnar o personagem.



E perguntar-se o que é que sobra de cada um na construção do personagem. Daqui resulta a apresentação de um exercício diferente, onde o improviso impera e dita as regras.

Impostos e religião em debate no ISCAL

OS IMPOSTOS e a religião foram temas em debate nas III Jornadas de Reflexão, promovidas em Fevereiro, no Instituto Superior de Contabilidade de Lisboa, pelo Centro de Estudos da História da Contabilidade.

O encontro abordou cinco temáticas, correspondendo a cinco mesas-redondas, cada uma com pelo menos

dois oradores; Contas e Impostos, Religião e Contabilidade, Investigação e História, Resenhas Históricas e Biografias. Entre inscritos e convidados, participaram nos trabalhos mais de cem especialistas.

Na hora do balanço, os organizadores estavam satisfeitos com os resultados e com o desejo de levar por

diante outras iniciativas conjuntas.

O Centro de Estudos da História da Contabilidade foi criado pela Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, em 1996, com o intuito de estudar, pesquisar e divulgar temas ligados à história da contabilidade e ciências afins.

Maria João Cotter



Alunos da Escola de Cinema realizam filmes experimentais

OS ALUNOS de Cinema, da Escola Superior de Teatro e Cinema têm oportunidade, de seis em seis meses, de exercitarem os conhecimentos adquiridos em todas as áreas do curso. É o desejado *Seminário de Produção de Filmes*, que visa proporcionar-lhes a possibilidade de viverem por antecipação a profissão que escolheram, testando capacidades no domínio da produção cinematográfica.

A concretização deste objectivo passa pela realização de filmes curriculares que, para além de aplicação de conhecimentos e desenvolvimento de competências específicas, são ocasião de aprendizagem de modos de produção em equipa, inerentes ao desenvolvimento de projectos artísticos. Em cada semestre, de entre os projectos por eles apresentados são escolhidos para serem produzidos pela escola aqueles que, pela qualidade estética, melhor se enquadram nestes objectivos.

Numa primeira fase, cada equipa é composta por argumentista, produtor e realizador, que elaboram projectos que apresentam aos professores, sendo seleccionados os melhores. Numa segunda fase faz-se uma análise mais rigorosa da valia das ideias e junta-se ao grupo, director de fotografia, director de som e director artístico. Finalmente,



O actor António Cerdeira, da telenovela "Anjo Selvagem", participa de forma voluntariosa na curta-metragem "Sitiados"

inicia-se a rodagem.

O resultado final é exibido em festivais, contribuindo para o currículo dos alunos e permitindo-lhes ganhar experiência. Um aspecto curioso é a participação nos filmes, a título gracioso, de actores profissionais, o que permite um intercâmbio de experiências muito importante.

Neste momento encontram-se em rodagem filmes dos alunos do 1º e 2º anos. Os do 1º ano vão realizar três filmes com seis minutos cada, em 16 mm, em décors naturais; um interior e

um exterior. É a primeira vez que eles se irão confrontar com a articulação entre a iluminação artificial e a iluminação natural. Cada equipa é constituída por 16 elementos.

Os alunos do 2º Ano realizam três filmes com nove minutos cada, em 16 mm e exclusivamente em estúdio. Eles irão confrontar-se com a iluminação em estúdio e com a decoração, transformando um espaço nu, só com paredes, num décor que sirva os filmes. Cada equipa é constituída por 18 elementos.

As fitas e as equipas técnicas

Equipas do 1º ano:
"Sem aviso"- argumento original de Sara Janic, realização de Ágata Fona, produção de Dinis Costa, fotografia de Ruben Santos e som de Carlos Lopes; "Dou-te os parabéns amanhã" - argumento original de Cátia Carlos, realização de Márcio

Laranjeira, produção de Paula Ferreira, fotografia de Vitor Almeida e som de Sara Pinheiro; "Corações de atum" - argumento original de Luís Zhang, realização de Pedro Figueiredo, produção de Nuno Rocha, fotografia de Leonardo Segurado e som de João Canelo.

Equipas do 2º ano:
"Claro/Escuro"- argumento e fotografia de Eduardo Rebelo, realização de Pedro Duarte, produção de Diogo Camões, som de Ivã Castifeiras e direcção de arte de Pedro Homem; "Sitiados"- argumento e som de Bruno Dias, realização de Maria-

na Gaivão, produção de Daniel Rosa, fotografia de Nádia Baptista, e direcção de arte de Wilmer da Silva; "Novelos" - argumento e direcção artística de Pedro Guilherme, realização de Tiago Sousa, produção de Ana Crispim, fotografia de Emídio Miguel, som de Miguel Cabral.

João Fazenda: o fotógrafo filósofo

JOÃO António Fazenda, o secretário da Escola Superior de Teatro e Cinema, tem desde pequenino a paixão pela fotografia, tendo já participado em inúmeras exposições nacionais e internacionais. A propósito da sua mais recente mostra fotográfica, intitulada "Da Necessidade de Ver", que esteve patente ao público na Escola, fomos conhecer melhor este homem para quem fotografar é uma obsessão.

O interesse pela fotografia foi-lhe inculcado pelo pai, detentor de uma colecção apreciável de máquinas fotográficas. Tinha apenas 14 anos, quando começou a ficar com as máquinas antigas, com as quais realizou as primeiras experiências. E ao participar, em 1970, numa viagem de finalistas ao Japão, comprou a sua primeira máquina. A partir daí "foi a loucura". De máquina a tiracolo percorreu o país, olhando com olhos de ver feiras e mer-



ESCONDERIJO

foto de João Fazenda

cados, espectáculos, ruas e parques, as pedras e a gente, a vida.

O Foto Club 6X6, uma espécie de

tertúlia onde se trocavam experiências, foi o seu primeiro clube. Para além de o subtrair ao isolamento típico dos jovens intelectuais, garantia-lhe acesso à perspectiva crítica dos outros. Foi o que lhe estimulou o gosto pelos concursos fotográficos. Nessa altura não havia muitas exposições no país, mas a actividade mundial, a nível de concursos, era muito intensa. Tornou-se depois formador, mais apostado na estética do que na técnica. Prefere a verdade dos instantâneos ao trabalho de laboratório.

Ao longo do tempo tem vindo a juntar milhares de fotografias. Algumas foram premiadas, como a que mostra a sua visão do edifício da Escola Superior de Teatro e Cinema, que venceu, a categoria institucional, no 1º concurso de fotografia do IPL, ou aquela outra destacada no VII Medunarodni Biennale Fotografije na Jugoslávia.



O REBANHO DA CIDADE

foto de João Fazenda

Isalina vence nos Açores

A TUNA Isalina do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa venceu *IV Festival Olé Tunas*, que decorreu na ilha Terceira, nos Açores, na modalidade de tunas mistas. Participaram no encontro doze tunas, das mais variadas zonas do país.

O Festival foi organizado pela Tuna Académica da Escola Superior de En-

fermagem dos Açores, que contou com o apoio da Universidade e da presidência do concelho de Angra do Heroísmo. Houve ainda lugar a uma *Noite das Serenatas*, na igreja do Convento do Colégio, à luz de velas.

O concurso para masculinos foi ganho pela Tuna Bruna, da Universidade Internacional Figueira da Foz.



Os professores e a palavra

Mistérios da voz humana

Não é nosso hábito parar para reflectir na importância da Voz. A grande questão, que motivou a duas terapeutas da fala a reflexão que se segue, é saber se conseguiríamos nós desempenhar as mesmas actividades se não tivéssemos acesso a este meio de comunicação. Simples tarefas diárias, como falar ao telefone, ir às compras, chamar alguém, dar uma aula, ou simplesmente conversar num grupo de amigos, podem tornar-se deveras complicadas. De que forma é produzida a nossa voz? As respostas de seguida.

Textos de Catarina Olim e Sónia Neto

A VOZ humana é um dos principais veículos de comunicação do indivíduo. São vários os factores que a influenciam, podendo, de entre eles, salientar-se a idade, o sexo, a personalidade e a profissão. Por outro lado, é ainda um reflexo do seu estado de saúde e emocional, tal como da sua intenção comunicativa. Preservar este elo fundamental de ligação e de relação entre os seres humanos pode, e deve, ser uma preocupação de cada um. A responsabilidade é de todos nós, sendo maior para aqueles cuja voz tem um papel importante no seu contexto profissional.

Na realidade, um desempenho adequado requer, ao emissor, padrões de estética vocal, linguística e cultural, necessários para uma correcta receptibilidade da mensagem e credibilidade da comunicação oral.

De que forma é produzida a nossa voz? O sistema nervoso central encarrega-se de criar a mensagem ao nível psicolinguístico, sendo dado o comando motor aos músculos respiratórios. É esta a energia que activa o acto fonatório, ou seja, a vibração das pregas vocais, situadas na laringe, cujo som, vai ser amplificado ou atenuado, moldando-se nas cavidades ressoadoras e articulatórias, e produzindo, por fim, as palavras. Em seguida, o nosso ouvido capta-as e reajusta-as de acordo com as suas referências. Tudo isto ocorre em milionésimos de segundo.

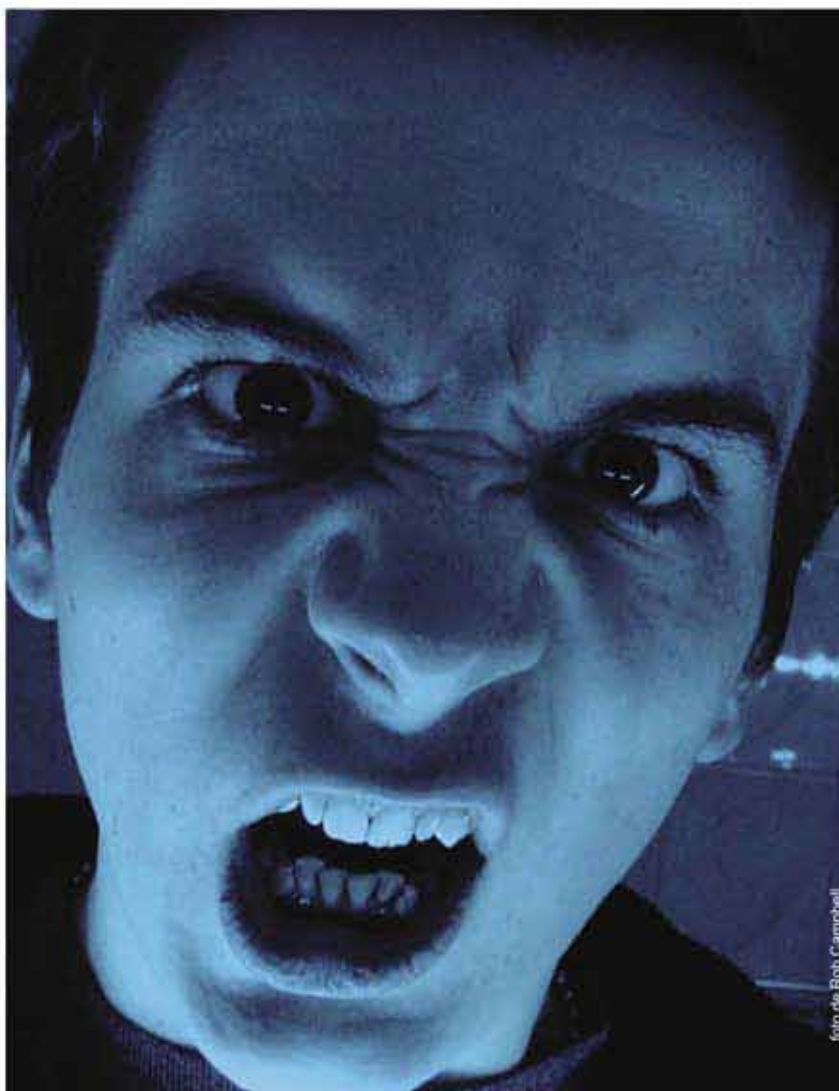


foto de Rob Campbell



Formar é prevenir

O investimento pessoal num melhor conhecimento ao nível da produção da voz, das suas condicionantes e da auto-análise vocal, é um factor chave na melhoria da performance vocal do indivíduo. Na realidade estas são noções ausentes, na maioria das vezes, da formação académica inicial de cada um. Assim sendo, o investimento na formação, assume-se como fundamental e determina um va-

lioso contributo à melhoria da saúde em geral. Formação e prevenção seguem de mãos dadas: formar é prevenir, e prevenir é informar na perspectiva da mudança de comportamentos.

Urge alertar e informar sobre o que deve fazer quem faz da sua voz um instrumento de trabalho e que a quer preservar. Saia mais barato prevenir do que tratar uma patologia.

Contudo, a anterior descrição baseia-se numa perspectiva mecanicista, não podemos pois descurar os aspectos emocionais, culturais e sociais, porque a visão da comunicação não deve ser feita por um aspecto isolado, mas pela interacção de um conjunto deles.

Que factores condicionam o desempenho vocal? Existem quatro grupos de factores preponderantes para um bom desempenho vocal, dos quais alguns são passíveis de serem controlados pelo próprio indivíduo, enquanto que outros não. Entre os factores ambientais, é de destacar: a poluição, o uso de ar condicionado, alterações de temperatura, a acústica do espaço, e o ruído.

Os factores psico-emocionais influenciam e são responsáveis por mudanças na qualidade da nossa voz, se temos alguma emoção muito forte (raiva, ansiedade, alegria...) esta pode repercutir-se na produção vocal. Da mesma forma, a satisfação profissional, a opinião pública, e o próprio investimento profissional são também geradores de emoções susceptíveis de provocar alterações na qualidade vocal.

Há atitudes que actuam directamente no indivíduo, e prejudicam a saúde vocal como tabaco, álcool, fármacos, bebidas em temperaturas extremas; também os maus hábitos alimentares e a desidratação conduzem a uma agressão à voz. Dependem também do indivíduo, comportamentos abusivos que estão centrados na sua voz, tais como: gritar, sussurrar, rir e chorar excessivamente, uso contínuo da voz, débito acelerado, voz monocórdica, tosse, pigarreio, ataque glótico, cantar com técnica não apropriada, vocalizações tensas ou em condições debilitantes.

As perturbações respiratórias, o refluxo gastro-esofágico, as alterações hormo-

nais e as dificuldades auditivas são, entre outros, condicionantes para uma boa produção vocal. Claro que as situações referidas anteriormente não são, de per si, indicativas da existência de um problema de voz. Assinalamo-las, a título indicativo, e, se num determinado indivíduo, um só factor pode resultar numa alteração da qualidade vocal, noutro apenas um conjunto de factores poderão lhe causar essa mesma alteração. O impacto da saúde vocal no dia-a-dia é variável, tendo em conta a individualidade, especificidade e unicidade de cada pessoa.

associarmos a sensação de corpo estranho e/ou a dor laríngea já poderemos estar diante de um abuso vocal moderado, tornando-se pertinente a consulta de um especialista. Um estágio superior aparece se associamos a sensação de queimadura aos sintomas anteriores.

A quem me devo dirigir? Exercendo a profissão de uma forma autónoma, o Terapeuta da Fala é o profissional de saúde responsável pela prevenção, avaliação, tratamento e estudo científico da comunicação humana e das perturbações com ela relacionadas.

A observação do Terapeuta da Fala baseia-se numa avaliação perceptiva, acústica e instrumental da voz. No entanto, para a observação directa da laringe e do seu funcionamento há que recorrer a um médico otorrinolaringologista.

Dependendo da existência de patologias associadas poderá ser necessário o recurso a outros especialistas.

E o que posso fazer? Há que reforçar que, uma das melhores formas de prevenir alterações da qualidade vocal passa pela consciencialização daquilo que não se deve fazer, tendo assim a capacidade de alterar os comportamentos nocivos à nossa saúde vocal.

Algumas medidas podem ser adoptadas de forma rápida e frequente, com vista à preservação da voz. A hidratação continua através da ingestão de água várias vezes ao dia, o consumo de sopas e uma alimentação equilibrada é o primeiro passo. Além disso a existência de um estilo de vida saudável e calmo e a prática de exercício físico regular assumem-se também como essenciais. A prática de actividades que levem ao relaxamento, a uma respiração calma e a uma postura adequada são preponderantes.

IPL convida

Um protocolo entre o IPL e a Arte&Fala - Terapia da Fala criou, na Escola Superior de Tecnologias da Saúde, um plano de cursos de prevenção vocal, destinado a todos os interessados, que visa transmitir um conjunto de saberes que permitam aos professores reforçar as suas capacidades comunicativas.

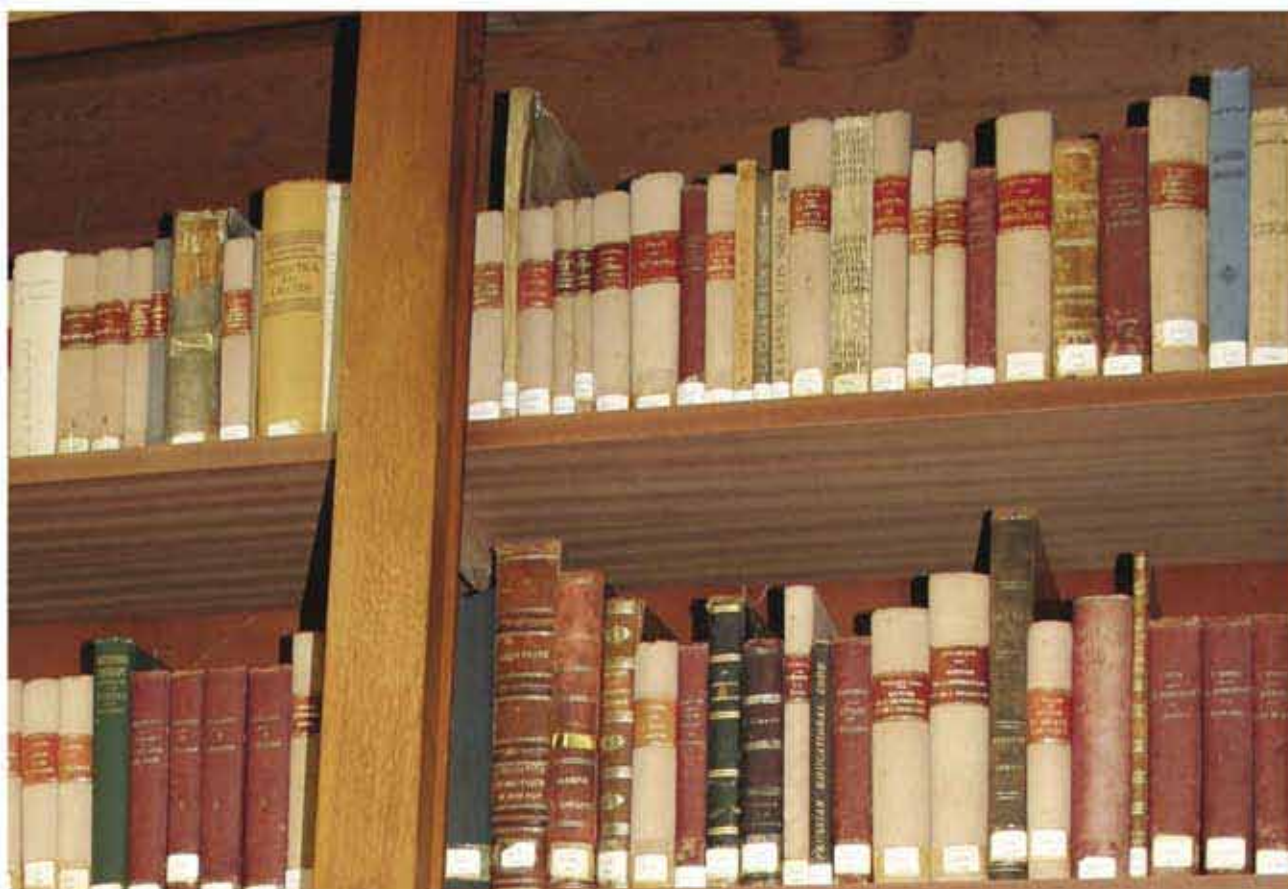
O quê que eu sinto quando a minha voz não está bem? Os problemas de voz têm por diversas vezes um carácter ocasional, o que leva a que não se lhes dê a devida importância. Sintomas tais como prurido, tosse e pigarreio, em que a nossa voz se revela alterada após esforço, indica-nos um ligeiro abuso vocal, sendo importante tomar alguns cuidados preventivos. Por outro lado, se a estes sintomas

Livros raros na Escola Superior de Educação

Um tesouro no Campus de Benfica

Documentos e livros com mais de dois séculos estão guardados em armários de madeira na Escola Superior de Educação de Lisboa. Este autêntico tesouro, acessível à curiosidade dos investigadores no histórico edifício do Campus de Benfica, reúne os acervos das instituições pedagógicas mais antigas de Portugal. É um valioso património, praticamente desconhecido, que merece ser preservado e divulgado à comunidade académica. Pela importância que tem para a História da Educação no nosso país.

Textos de Vanessa de Sousa Glória • Fotos de Sofia Gomes



A Escola Superior de Educação de Lisboa acolhe, na sua biblioteca, um valioso tesouro. São fontes manuscritas, impressas, obras raras de autores portugueses e estrangeiros, principalmente franceses, que nos permitem viajar na máquina do tempo, do século XVIII ao século XX. Com a ajuda deles podemos reconstituir situações e acontecimentos, conhecer personalidades, entender momentos relevantes do percurso educativo, pedagógico e cultural português.

Este valioso património foi con-

O espólio guardado na ESE, na zona dos Reservados, nasceu da fusão dos acervos de três instituições pedagógicas com vasta tradições na Educação e no Ensino em Portugal: a Escola Normal Primária de Lisboa, a Escola do Magistério Primário e, em menor escala, do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.

servado e preservado graças à iniciativa do professor Moreirinhas Pinheiro, um verdadeiro guardião do templo. Foi ele quem organizou e catalogou todas as fontes manuscritas e impressas que estão guardadas, neste momento, em armários de madeira. Na esperança de não se perder a memória deste passado, o professor tem dedicado grande parte do seu tempo a publicar brochuras, opúsculos, folhetos e pequenos livros. Embora esteja aposentado, passa religiosamente todas as manhãs na escola, orientando e dando a conhecer o espólio a investigado-



Exemplar raro da edição de 1639 de "Os Lusíadas" de Luíz Vaz de Camões

res, nacionais e estrangeiros, que têm publicado trabalhos relevantes na área da História da Educação e do Ensino em Portugal. Entre estes investigadores, destaca-se António Nóvoa, actual reitor da Universidade de Lisboa e um dos maiores especialistas mundiais da História da Educação e Educação

Comparada. Foi por volta dos anos 70 que, durante a pesquisa para a sua tese de doutoramento, intitulada "Le temps de Professeurs", vasculhou, em conjunto, com o professor Moreirinhas, muitos desses documentos que estavam guardados em caixotes arrumados em vãos de escadas. Eram, até

A importância de ser original

AS TENDÊNCIAS actuais de preservação do património documental apontam para a digitalização. Houve mesmo uma altura em que só se falava de micro-ficha e micro-filme. Mas esse momento já passou. A digitalização é

importante mas subsistem ainda muitas interrogações. Não sabemos o tempo de vida de um CD-room. Aguentará ele 150 anos, como os documentos em papel?

Por tudo isso, a preservação do documento origi-

nal é fundamental. Não há nenhuma política de conservação que não passe, em primeiro lugar, pela preservação do documento original. A sua digitalização e informatização destinam-se a evitar o seu desgaste.



então, documentos inexplorados e desconhecidos. António Nóvoa abriu inúmeras pistas e esboçou

ações pedagógicas com vasta tradições na Educação e no Ensino em Portugal: a Escola Normal Primária

livros, são uma espécie de Bilhete de Identidade, identificando as instituições a que pertenceram.

"Estou hoje convencido de que a máquina educativa, que é mais do que o Ministério em si, é como se tivesse um cérebro possuído da doença de Alzheimer, que à medida que o tempo vai correndo, vai perdendo a memória das coisas"

Marçal Grilo, 1994

caminhos de investigação.

O espólio guardado na ESE, na zona dos *Reservados*, nasceu da fusão dos acervos de três institui-

de Lisboa, a Escola do Magistério Primário e, em menor escala, do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira. Os carimbos, postos nos

Em 1883 Adolfo Coelho, pedagogo e homem da cultura, criou a Biblioteca-Museu do Ensino Primário que mais tarde, em 1933,

Documentos ao deus-dará

O actual reitor da Universidade de Lisboa, António Nóvoa, fez parte do grupo de trabalho nomeado pelo Ministério da Educação para estudar a instalação de um arquivo histórico, denominado Instituto Histórico da Educação, mas a boa intenção não passou disso mesmo.

Após quatro meses de trabalho, o grupo produziu um relatório, com um diagnóstico completo da conservação do património da educação, que continha conclusões assustadoras. Os autores do documento, publicado em livro, constavam a inexistência de uma política coerente de conservação e divulgação do património, a degradação de documentos históricos, a destruição de alguns deles sem critério e a guarda de materiais em instalações sem condições. E ali se lamentava que os espólios das escolas tenham sido conservados até "graças a iniciativas particulares de professores, técnicos ou funcionários, por vezes já reformados".

A proposta avançada pelo grupo de trabalho concedia ao Instituto Histórico da Educação autonomia para definir uma política de preservação dos documentos, lembrando que "nunca nenhuma sociedade pode guardar tudo o que produz", pelo que "é preciso saber o que é que se guarda e o que se deita fora".

Embora o Instituto Histórico da Educação tenha chegado a



António Nóvoa: o investigador quis salvar todo o espólio da educação

ter uma lei orgânica, englobando quatro dimensões – arquivística, bibliográfica, museológica e estudos/investigação – acabou por ser extinto em 2002 "por razões de modelo organizativo e de racionalidade de gestão", conforme consta na nova lei do Ministério da Educação então publicada.

Do esforço realizado em 1996 apenas resultou a criação do Núcleo de Informação e Documentação Histórica, a funcionar no edifício da Escola Secundária Marquês de Pombal, onde se encontram o Arquivo do Conservatório de Lisboa, o espólio da Biblioteca-Museu do Ensino Primário e publicações cedidas pelo antigo Instituto de Inovação Educacional António Aurélio da Costa Ferreira.

Curiosamente, António Nóvoa e a sua equipa foram chamados a apoiar a aplicação do projecto do Instituto Histórico da Educação...



Instituto Histórico de Educação: um depósito de portas fechadas

foi dirigida por Adolfo Lima, uma referência fundamental na Pedagogia em Portugal. Funcionava então no lado nascente da Escola Superior de Educação.

A morte de Adolfo Coelho deixou a biblioteca ao abandono. E foi quase por acaso, graças à estranha intuição de alguns contínuos, que muitos documentos ali depositados não foram parar ao lixo. Alguns desses funcionários anónimos tinham mais paixão pelos *papéis* do que a maior parte dos professores da escola. Moreirinhas Pinheiro recorda ainda hoje a *Menina Marta*, a contínuo que teve o privilégio de trabalhar com Adolfo Lima. Ela interpelava os directores, quando iam deitar papéis no lixo, com observações do tipo: "Ó Senhor Professor, olhe que isso é bom, não quer guardar para a biblioteca?"

Na convulsão que acompanhou o 25 de Abril, muitos documentos foram destruídos, roubados e danificados. Da secretaria da Escola do Magistério Primário foram desviados documentos importantes, como os registos de professores – uns já falecidos, outros aposentados, outros ainda em funções.

Apesar das vicissitudes por que passaram, uma boa parte dos documentos manuscritos e impressos conseguiram chegar aos nossos dias. Alguns são pouco conhecidos ou ignorados pela



No princípio eram pobres...

As fichas de inscrição demonstram que os candidatos a professores primários na segunda metade do século XIX, quando as escolas do Magistério surgiram, particularmente as raparigas, provinham de classes sociais desfavorecidas. Era uma profissão que exigia mobilidade, oferecendo como aliciente a libertação ao duro trabalho do campo, com a passagem do meio rural para as cidades.

As actas existentes no espólio da ESE dão-nos ainda conta de uma debilidade acrescida, que inspirou

um estratagema: os primeiros alunos das primeiras escolas normais eram, na sua maioria, órfãos e de baixo estatuto social. As escolas iam buscá-los às zonas rurais convencionadas de que, depois de se formarem como professores primários, eles regressariam às origens, promovendo aí o desenvolvimento e contribuindo dessa forma para o progresso do país.

Mas o expediente falhou. Os jovens professores primários não regressavam às terras de origem, acabando por se fixarem nas cidades.

comunidade, apesar de constituírem peças fundamentais à construção da história da Escola Normal Primária e da Escola do Magistério Primário de Lisboa. Ignorá-los será um erro.

Entre as fontes manuscritas

existem documentos dos séculos XVIII e XIX, referentes aos terrenos de Benfica onde foi construído o edifício da Escola Normal Primária de Lisboa. Também os livros de actas de 1864 a 1930 assumem particular relevo, pelo registo de

Este valioso património foi conservado e preservado graças à iniciativa do professor Moreirinhas Pinheiro, um verdadeiro guardião do templo. Foi ele quem organizou e catalogou todas as fontes manuscritas e impressas que estão guardadas, neste momento, em armários de madeira.



informações do quotidiano da vida escolar. As Actas do Conselho Pedagógico, por exemplo, relatam as reuniões em que foram escolhidos os livros adoptados e discutidos os problemas com que algumas disciplinas se debatiam na época. Já os Livros de Matrículas permitem perceber o número de alunos, de onde vinham, e as profissões dos pais.

Existem também Livros de Correspondência das Escolas Normais de sexo masculino e feminino, de 1894 a 1920. E os Livros de Posses de professores, funcionários e dirigentes da Associação Académica.

Entre as fontes impressas descobrimos autênticas raridades. Como a obra de 1768, intitulada "Appendix e Ilustração da Tentativa Theologica Sobre o Poder dos Bispos em Tempo de Rotura", da



Obra por Frédéric Fröbel de 1882

autoria de Antonio Pereira, um "Presbytero da Congregação do

Oratório de Lisboa e Deputado Ordinário da Real Meza Cenforia". Era o tempo em que pontificavam D. José I e o Marquês de Pombal, e os livros eram publicados "com licença dos censores régios".

Encontramos também obras raras sobre a instrução, como é o caso do Dicionário Universal de Educação e Ensino, de 1886, traduzido ("trasladado a português") por Camilo Castelo Branco. Na primeira página dizia-se que o livro era "útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de família, aos professores, aos directores e directoras de collegios e aos alunos que se preparam para exame". E garantia que as suas páginas continham "o mais essencial da sabedoria humana e toda a sciencia quotidianamente applicavel, especialmente ao ensino".

Da autoria do pedagogo Ferrei-

Uma Eva pioneira

Eva Leite, brasileira, pedagoga e arquivista de formação, é a primeira pessoa a inventariar e fotografar as obras raras existentes na secção de Reservados da ESELx. O seu interesse vai porém directamente para uma época mais recente – os documentos históricos de 1910 a 1970 – que dão conta da história da instituição escolar e da formação de professores.

A pesquisa destina-se ao seu doutoramento na Faculdade de Educação de Campinas. A tese intitula-se "Doutorado Sanduíche". A recolha de dados é feita em Portugal, embora a análise das fontes documentais vá ter lugar no Brasil. Um dos objectivos do trabalho é fazer o estudo comparado das primeiras Escolas Normais no Brasil (Campinas) e em Portugal (Lisboa). A investigadora já inventariou as obras existentes na escola centenária Carlos Gomes, no seu país, uma instituição similar à ESELx.

Eva Leite vai diariamente à biblioteca da escola, até concluir o levantamento e a descrição das obras, segundo as normas internacionais, assumindo um enorme respeito pela histórica instituição que, para ela, é o norte principal de toda a descrição arquivista. Ela considera que a maioria dos documentos está bem conservada, mas lamenta que alguns já tenham sido "atacados pelas traças e pela humidade". Aconselha por isso a acautelar algumas medidas em relação ao seu armazenamento. "Os documentos deviam estar – sugere – em salas climatizadas".

Agradece e aplaude o apoio e o trabalho de Moreirinhas Pinheiro – "uma pessoa fundamental neste levantamento, pelo carinho especial e pelo conhecimento que tem da documentação" – lembrando que a inventariação do espólio

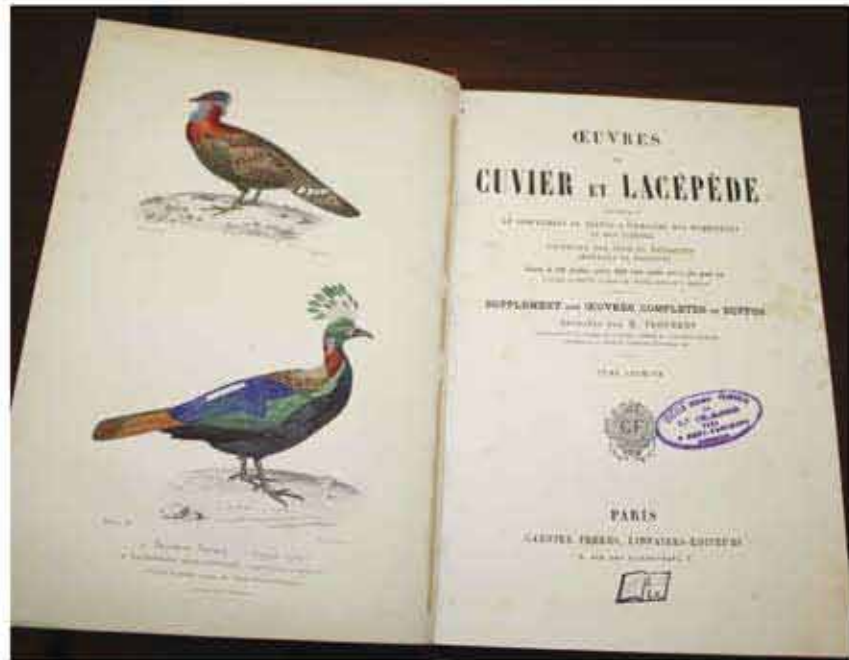
é um passo vital para "aguçar o interesse da comunidade", que desconhece o que ali existe.

Chegou em Fevereiro e vai ficar em Portugal até ao fim do ano, data da conclusão da pesquisa. Quer disponibilizar a informação recolhida, depois da defesa da tese, em CD e on-line, para que possa ser consultada pelos interessados.



ra-Deusdado, um dos fundadores da *Revista de Educação e Ensino*, publicitada como a publicação periódica portuguesa mais relevante do século XIX, existem algumas obras. Como a que se refere aos "Educadores Portugueses", datada de 1909, que está autografado pelo próprio.

O espólio não é apenas valioso por possuir obras de autores portugueses. Existem igualmente obras estrangeiras, principalmente de autores franceses, publicadas no século XIX e primórdios do século XX. A inclusão desses livros decorre do facto de a Escola Normal Primária de Lisboa ter entrado em funcionamento em 1862, altura em que a cultura francesa começava a desempenhar um papel fundamental em Portugal. De Paris chegavam inúmeros livros, que penetravam nos meios intelectuais e pedagógicos das cidades de Lisboa e Porto. A formação dos professores do ensino primário era, em grande parte, feita através de obras originais e de traduções de origem francesa. Até porque o francês era disciplina obrigatória nos currículos da Escola Normal. Não admira por isso que



A belíssima edição do livro dos mamíferos e dos pássaros de Cuvier de Lacépède

existam obras antigas como a "Histoire de la Revolution Française" escrita em 1877 pelo historiador J. Michelet ou aquela outra, de 1882, de Frédéric Froebel, intitulada "Les Causeries de la mère".

Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo professor Moreira Pinheiro, que tem dedi-

cado grande parte da sua vida a preservar este tesouro, existem medidas de conservação que têm de ser tomadas. Com urgência. Sob pena de a solução poder vir a chegar já tarde de mais. Com os prejuízos para a cultura e o património que facilmente se advinham.

Mudança de sexo

"As actas mostram muito bem que, num período historicamente curto de trinta a quarenta anos, algures entre 1860/1900, há uma mutação sociológica no corpo docente do ensino primário" – assegura o Professor António Nóvoa. Embora a primeira Escola Normal, inaugurada em 1862 em Marvila, fosse apenas para alunos do sexo masculino, alguns anos depois foi criada uma outra, no Calvário, para o sexo feminino.

As mulheres eram, de início, uma percentagem absolutamente minoritária no conjunto do professorado primário e dos Normalistas. Mas quando se chega ao final do século XIX, já esta proporção se inverteu. As mulheres são prioritárias no corpo docente. E a explicação é simples: passou a

existir uma oportunidade de mobilidade social que foi agarrada por elas.

E assim se processou a mudança de sexo: o professorado que até aí era essencialmente masculino, passou a ser maioritariamente feminino.

À semelhança do que aconteceu em quase todos os núcleos museológicos do mundo, também na secção de Reservados da ESELx existem pouco ou quase nenhuns trabalhos de alunos. "É uma coisa que se deita fora. Não se dá valor imediato a isso", diz António Nóvoa, lamentando a atitude porque, para ele, seria muito interessante perceber que tipos de exercícios, ditados, composições, provas de Matemática os alunos faziam no século XIX.

Os registos mais interessan-

tes dos alunos, como as fichas de inscrição, estão na documentação própria dos órgãos de gestão da escola, segundo explica o investigador. Pela sua leitura apercebemo-nos das epidemias e doenças graves que, no século XIX, matavam muita gente, reduzindo a população discente.

Nessa altura a Escola Normal funcionava em regime de internato, primeiro em Marvila e depois em Santos. Os documentos fazem prova das preocupações a nível de comportamentos, disciplinar e moral, tanto de professores como de alunos. Nóvoa recorda a história de Teófilo Ferreira, na altura director da Escola Normal, que foi levado a tribunal por ter tido, supostamente, relações com alunas.

Augusto Guedes apela à mobilização

“Não pode continuar a existir em Portugal engenharia ilícita e ilegal”

A adesão de Portugal ao Processo de Bolonha é o momento de impedir, de uma vez por todas, que curiosos exerçam competências que não têm. A tese é do presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, que pede coragem ao Governo. “Não pode continuar a existir em Portugal engenharia ilícita e ilegal”, diz Augusto Ferreira Guedes, enaltecendo as habilitações e o reconhecimento.

Textos de Paulo Silveiro • Fotos de Ricardo Almeida



Augusto Ferreira Guedes, presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET), que conta com cerca de 20 mil associados, tem dedicado parte da sua vida à dignificação da profissão de engenheiro. Muito crítico em relação ao actual estado das coisas, preconiza medidas concretas para que a engenharia portuguesa seja competitiva, cresça e se mostre ao mundo.

POLITECNIA – O senhor já explicitou a ideia, numa conferência realizada no Porto, de que o Processo de Bolonha é uma oportunidade única para os engenheiros. Oportunidade para conseguirem o quê?

AUGUSTO GUEDES – Bolonha é uma oportunidade para o País, e em particular para a engenharia portuguesa. A engenharia nunca foi encarada como um instrumento estratégico para Portugal. O Processo de Bolonha levou a que se iniciasse uma discussão, que gostaríamos não fosse apenas mais uma discussão. Seria bom que se discutisse profundamente a importância que a engenharia tem no desenvolvimento do País. É necessário acabar com os velhos tabus e dar à engenharia aquilo que ela merece, que é a ca-

pacidade que ela tem de promover o nosso desenvolvimento. Simultaneamente, era necessário também que a engenharia não se confinasse ao espaço nacional, mas que se constituísse como um instrumento de penetração de Portugal no mundo. Até porque a engenharia pode também ser um sector de exportação. Actualmente, num país como o nosso, as exportações não podem ser só baseadas em produtos como o calçado ou os têxteis. É preciso exportar ideias e tecnologia, para um mundo que está em constante progresso tecnológico. A engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza, produzindo bens de exportação, a nível económico e num plano internacional. Esta é a grande oportunidade, talvez mesmo a única dos últimos 200 anos.

POLIT. – Isso aplica-se a todas as engenharias, ou existem diferenças, consoante as áreas de especialidade?

A. G. – Em princípio aplica-se a todas as áreas, apesar de existirem sectores, como a Engenharia Informática e a Engenharia Civil, que têm mais facilidade de exportação. Num mundo global, com todos os problemas que temos do consumo humano,

até a Engenharia Alimentar pode ter uma posição estratégica. Gostaríamos que isso fosse visto em termos de riqueza nacional, e que fosse mais um factor a contribuir para Portugal atingir níveis de riqueza e desenvolvimento que ainda não possui neste momento.

POLIT. – A Associação a que preside tem dito publicamente que tudo fará para que os diplomados com o 1º ciclo, numa qualquer área de engenharia, tenham acesso ao exercício legal da profissão de engenheiro, propondo-se afrontar «a vontade de certos lobbies». Quem são esses lobbies?

A. G. – Portugal tem infelizmente lobbies no mau sentido. O que a ANET diz, pegando em coisas concretas que avaliamos e que estudamos, é que alguns dos que praticam a engenharia e a arquitectura, não são verdadeiramente engenheiros e arquitectos, mas um grupo de gente curiosa. Durante muitos anos, devido à deficiente formação e ao baixo número de técnicos qualificados, foram-se inventando soluções, à boa maneira portuguesa, que não podem mais ser toleradas. A verdade é que durante décadas se foram instalando, na nossa sociedade, hábitos e inte-



AUGUSTO Ferreira Guedes nasceu em Huambo (Angola) em Novembro de 1957 e ali completou o Curso Complementar de Electricidade, ingressando na Função Pública aos 19 anos. Em 1984 formou-se em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, na especialidade de

Com Angola no coração

Transportes, e no ano seguinte foi eleito para a direcção do Sindicato dos Engenheiros Técnicos. Possui uma Pós-Graduação em "Gestão das Cidades".

A sua entrada para os órgãos dirigentes da Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos, que dirige há quatro anos, ocorreu em 1988. É um dos fundadores da Escola Profissional Gustave Eiffel e da Associação Nacional das Escolas Profissional, de que é dirigente há nove anos. Faz ainda parte da Direcção da Associação dos Jovens Empresários de Lisboa, e é consultor para a Formação Profissional do Instituto de Estudos para

o Desenvolvimento.

Integrado em missões, deslocou-se várias vezes a Angola (Luanda, Lobito e Huambo), onde criou o Centro de Formação Fadário Muteka, e trabalhou como supervisor de projectos e actividades do IED; e a Timor-Leste, onde integrou projectos de formação.

Foi chefe de gabinete do presidente da Câmara Municipal da Amadora, de 1999 a 2005, e director da revista técnica "Engenho", editada pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos. Dirige actualmente a revista "Engenharia", da ANET, e é presidente da Cooperativa de Ensino Superior.

resses que hoje são muito difíceis de alterar. É preciso coragem para mudar, e esperamos que este Governo continue a ter a coragem para por as coisas no seu devido lugar.

POLIT. – Quer isso dizer que...

A. G. – ...que não pode continuar a existir engenharia ilícita e ilegal. A engenharia só deve ser exercida por aqueles que estão habilitados e reconhecidos. Até porque, em última instância, quem sofre com isto somos todos nós. Como não existe uma responsabilidade objectiva, o que é produzido tem má qualidade, tem um custo elevado, e apresenta riscos sérios devido à sua deficiente concepção. As obras, principalmente as públicas, são muito caras e, é preciso não esquecer que são pagas com os nossos impostos.

POLIT. – Quer dar exemplos?

A. G. – Bastam dois: até hoje ninguém sabe quem foram os responsáveis, pelo problema verificado no túnel do Metro da Praça do Comércio; nem pelo erro informático no programa da colocação dos professores. Este tipo de atitudes acarreta um prejuízo enorme para o país, que depois se reflecte a vários níveis. Quem compra um produto e é mal servido, acaba por pagá-lo duas vezes. Tudo isto contribui para o estado degradado em que o país se



encontra. Estamos a ser fortemente penalizados, e isso é um mal nacional que temos que debelar. Temos que enfrentar os interesses instalados e esta é a altura ideal para o fazermos.

POLIT. – No caso do túnel do Metro da Praça do Comércio quem foi, em sua opinião, o responsável?

A. G. – O director da obra, em pri-

meira instância. Acontece que as pessoas recebem meia dúzia de euros para serem responsáveis por uma e, na maioria dos casos, não estão presentes porque não são pagos condignamente.

POLIT. – E no caso do bug no Programa Informático de Colocação de Professores, não terá sido um engenheiro o responsável?

A. G. – Bem, o mais grave é que provavelmente o responsável nem sequer era engenheiro, mas um curioso que fazia projectos de informática. E as pessoas que cometem esses erros vão continuar a comete-los e nós vamos continuar a pagá-los.

POLIT. – E quem permite que as coisas sejam feitas por pessoas não qualificadas?

A. G. – Todos nós. Se ninguém aceita consultar um médico, sem que se tenha a certeza absoluta de que ele é médico, porque é que se aceita contratar um engenheiro ou um arquitecto não tendo essa certeza? E o que me causa uma profunda estranheza é o silêncio que as organizações de consumidores, e as entidades oficiais e privadas, mantêm sobre este assunto.

POLIT. – Que se pode fazer para acabar com a “engenharia ilícita”?

A. G. – Combater a ilegalidade é muito difícil e o povo português não tem

cam engenharia ilegal.

POLIT. – É só um problema de acreditação?

A. G. – Não, claro que não. Existe outro tipo de engenharia ilegal, que é praticada por membros inscritos nas organizações. É a chamada “assinatura de favor”. São engenheiros que assinam projectos que não elaboraram. Só isso explica que existam técnicos que assinam 600 ou 700 projectos por ano. Nós gostaríamos que as outras organizações aplicassem os mecanismos de controlo que nós já aplicamos. Seria necessário ainda que o Estado, numa medida cirúrgica, fizesse com que as entidades licenciadoras, nomeadamente as Câmaras Municipais, comunicassem às Finanças o volume de projectos assinados, através das estimativas de custos, tributando em sede de IRS ou IRC o que era suposto os seus autores terem recebido, se fizessem os projectos seriamente.

POLIT. – Está a falar de fuga ao Fisco.

A. G. – Exacto. É preciso acabar com esta fuga massiva aos impostos e às responsabilidades, que conduzem à engenharia ilícita e ilegal. Se isso fosse conseguido, conseguiríamos baixar os níveis de corrupção porque, esta ilicitude de engenharia, nestes termos, permite que exista dinheiro não declarado a circular livremente. Se fos-

A engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza, produzindo bens de exportação, a nível económico e num plano internacional. Esta é a grande oportunidade, talvez mesmo a única, dos últimos 200 anos

sempre criados mecanismos de controlo sérios, esse dinheiro “solto” não apareceria no mercado. E seguramente a corrupção baixava. Este é um desígnio nacional. Todos os cidadãos deveriam pugnar por isso. Nós precisamos que o Estado baixe os impostos mas, para que isso aconteça, é necessário que, quem não paga passe a pagar. Só depois poderemos reivindicar uma diminuição das taxas.

POLIT. – A lei que irá regular os graus académicos e os diplomas estabelece, a nível do anteprojecto, diferenças entre os ensinamentos Politécnico e Universitário, que abrangem a duração do ciclo de estudos e os créditos requeridos para a atribuição de licenciatura. Ao fazê-lo, o poder político não perde a oportunidade de acabar com a velha querela entre os dois subsistemas?

A. G. – Em minha opinião, o Governo não foi tão longe quanto poderia e deveria ter ido. Voltamos à questão dos lobbies: existem lobbies poderosos, constituídos por gente que considera o Politécnico como um ensino superior de inferior qualidade. O Governo não teve força suficiente para ir mais longe, apesar de ter superado algumas expectativas. Ficou ainda distante daquilo que poderia ter feito, e existem mesmo contradições na legislação que saiu.

POLIT. – A que contradições se refere?

A. G. – Ao facto, por exemplo, de os politécnicos não poderem conferir o grau de doutor. Em nossa opinião, deveriam poder realizar doutoramentos, as instituições que possuíssem condições para o fazer. E apesar do respeito que tenho pelas universidades, a verdade é que existem algumas que são de qualidade inferior a muitos politécnicos. Espero que o Governo venha ainda a reconsiderar e a ter coragem para corrigir esta deficiência na legislação.

POLIT. – Que outras correcções acharia necessárias?

A. G. – A que diz respeito ao número de créditos atribuídos no final do primeiro ciclo, que é diferente para universidades e politécnicos, com claro prejuízo destes. Esperamos que, também aqui, o Governo corrija a injustiça. O mais importante é que os politécnicos não tenham vergonha de o ser e se afirmem enquanto instituições dinâmicas, demonstrando a sua qualidade, que na maior parte dos casos é alta. Somos diferentes, é verdade, mas não somos melhores nem piores que as universidades. No entanto, há muitos politécnicos e respectivos professores que sentem

vergonha de pertencer a este subsistema.

POLIT. – Vergonha?

A. G. – Existem muitos engenheiros técnicos que têm vergonha de o serem por possuírem um curso tirado



Alguns dos que praticam a engenharia e a arquitectura, não são verdadeiramente engenheiros e arquitectos, mas um grupo de gente curiosa

num politécnico. No meu caso, e no caso de muita gente, temos orgulho e gostaríamos que as escolas tivessem mais orgulho nelas próprias e não demonstrassem complexos de inferioridade. Se isso tivesse acontecido, poderiam ter tido mais força para fazer com que a legislação tivesse ido mais longe. Não retiro culpas ao Governo, mas há muita culpa de todos nós, do Politécnico, e dos engenheiros técnicos. Não tivermos a grandeza de assumir, em tempo útil, que somos diferentes, mostrando orgulho nisso. Não termos pressionado o poder político de forma positiva, não mendigando favores mas exigindo o que é de nosso direito. Por tudo isso, somos co-responsáveis pelos eventuais erros da nova legislação, e temos de assumir a nossa quota-parte de responsabilidade.

POLIT. – E agora?

A. G. – Agora fica lançado o enorme desafio de, mesmo com esta lei, produzirmos com mais qualidade, gerirmos melhor os recursos e termos índices de produtividade maio-

res. É necessário provarmos que são necessários mais engenheiros com o nosso perfil, e que os podemos formar com custos mais baixos. As nossas escolas têm que ser geridas de forma mais pragmática, com menos desperdício e menos alunos a desistir a meio dos cursos.

POLIT. – E como é que se travam as desistências?

A. G. – Alargando, por exemplo, o período de aulas para horários pós-laborais.

POLIT. – Em qualquer dos casos estamos em vésperas de uma grande mudança.

A. G. – O decreto-lei, quando for aplicado, e apesar de não ser o ideal, irá ter várias consequências. Nada ficará como dantes e podem abrir-se novos horizontes para a engenharia portuguesa. Os politécnicos têm boas condições para se afirmarem, desde que percamos o complexo que têm desde nascença. Penso no entanto que algumas universidades e politécnicos não vão conseguir, por si só, modernizar-se. Bolonha tem forçado essa modernização mas, como em muitas outras coisas em Portugal, só quando são empurradas de fora é que as instituições vencem a inércia. A ANET não pensa assim e está a tentar fomentar a agitação interna, dizendo o que dizemos e apresentando as propostas que apresentamos.

POLIT. – E que outros sonhos acalenta?

A. G. – Gostaria que as escolas portuguesas fossem conhecidas não porque administrativamente lhe foi atribuído um determinado título, mas pela associação do nome à qualidade de ensino que aí é praticado. Há vinte anos que a ANET defende o ensino politécnico, mesmo que isso não agrade a muita gente. E em boa verdade, não estamos aqui para agradar a toda a gente, o nosso objectivo é defender o interesse nacional. Outro ponto do anteprojecto de lei com que não concordamos é o que diz respeito às licenciaturas e aos mestrados dos dois subsistemas. Eles são referenciados em artigos separados e seria vantajoso que um único artigo tratasse a questão

dos graus académicos, independentemente de serem atribuídos num politécnico ou numa universidade.

POLIT. – Está a contestar o legislador.

A. G. – Não podemos continuar com este drama nacional de estarmos sempre à espera que seja o Estado a definir a escala de valores, e de entregarmos aos governos aquilo que nós temos que decidir. Quando tirei o curso de Engenharia Civil no ISEL observei, durante muito tempo, que se o mercado de trabalho pedia, para determinado tipo de funções, um engenheiro civil, na maioria dos casos a preferência era dada aos licenciados pelo ISEL. Isso é que é prestigiante. E ninguém está preocupado se a instituição é pública ou privada, se pertence ao ensino universitário ou politécnico. É necessário devolver a auto estima às instituições. Cada escola tem que desenvolver a sua própria personalidade. E a maior parte das escolas, públicas ou privadas, politécnicas ou universitárias, despersonalizaram-se e não têm orgulho do que têm, do que são ou do que fazem. Esse é que é o grande drama.

POLIT. – A afirmação das instituições do Politécnico deverá passar pela sua fusão com as universidades?

A. G. – É preferível ser-se um politécnico de 1ª classe do que uma universidade de 2ª. No entanto se, para algumas pessoas dos politécnicos poderem dormir descansadas, é preciso estarem integradas nas universidades, nós não temos nada contra. Não é isso que os dignifica, mas respeitamos a vontade de cada um. Na nossa opinião, algumas universidades deveriam era ser integradas nos politécnicos. Trata-se, fundamentalmente, de uma questão de suposto prestígio social. Nós, sobre essa matéria, estamos relativamente tranquilos. A ANET representa os diplomados do 1º ciclo da universidade e do politécnico. Para nós, o fundamental é existir qualidade, independentemente do local.

POLIT. – A mudança anunciada, de um ensino baseado na transmissão de conhecimentos para

um apostado no desenvolvimento de competências, poderá beneficiar as instituições que já valorizavam o “saber fazer”. Será esta uma vantagem para os politécnicos, que mais facilmente se poderão adaptar ao espírito de Bolonha?

A. G. – Não necessariamente. Pode haver uma ou outra escola que, pelas características do seu corpo docente, filosofia de actuação e liderança – aspecto que hoje em dia está ausente da maior parte delas – se adapte mais facilmente. Mas a maioria das pessoas ainda não interiorizou o que tem que mudar. O novo modelo é um desafio enorme para as instituições, para os docentes e discentes, para todos nós. Até porque vai exigir um volume de trabalho muito grande.

POLIT. – Está preocupado?

A. G. – Já realizámos doze conferências sobre o assunto, mas apesar disso continuamos a ouvir de pessoas, supostamente esclarecidas, dúvidas que nos deixam desesperados. Por isso é que o maior desafio, neste momento, é perceber que Bolonha veio terminar com um certo modelo de ensino, e que as pessoas vão ter que se adaptar a outro.



Existem lobbies poderosos, constituídos por gente que considera o Politécnico como um ensino superior de inferior qualidade

POLIT. – Os professores estão com receio de perder privilégios?

A. G. – A sociedade portuguesa está, toda ela, com medo de perder coisas que efectivamente não tem. E os professores das universidades e dos politécnicos estão inseguros, relativamente ao futuro.

POLIT. – Inseguros porquê?

A. G. – Porque se acomodaram em relação ao passado e ao presente, e sabem que no futuro vão encontrar algumas surpresas. Os portugueses não são, por natureza, abertos à mudança. Tudo o que implica alteração de rotinas deixa as pessoas inseguras.

POLIT. – Receia que o projecto esteja comprometido?

A. G. – Não. O corpo docente do nosso país vai conseguir, apesar dos receios e dúvidas, ultrapassar este momento de desorientação, que resulta do velho problema de as escolas, estarem sempre à espera das indicações provenientes do ministério. Os estabelecimentos de ensino exigem autonomia e depois não sabem o que fazer com ela. Mas é um processo de crescimento, que vai evoluir, até porque esta é uma oportunidade que ninguém pode perder. Quem não conseguir evoluir vai sair do sistema e vai fazer outra coisa na vida.

POLIT. – Faltam em Portugal profissionais de Saúde e há quem receie que venha a acontecer o mesmo com a Engenharia. Que medidas deverão ser tomadas para que não tenhamos de “importar” engenheiros?

A. G. – Em primeiro lugar é preciso perceber porque é que isso aconteceu na saúde. E o que aconteceu foi que as associações de direito público dos médicos e dos enfermeiros, numa atitude corporativa, impediram que se formassem mais profissionais. E isso já levou à «importação» de 10% dos enfermeiros e 7% dos médicos. Nós, enquanto associação pública, rompemos com algumas tradições, porque entendemos que a acreditação dos cursos não pode continuar a ser feita como até aqui. Se for para continuar assim, o Governo que extinga a ANET, porque não concordamos



O mais importante é que os politécnicos não tenham vergonha de o ser e se afirmem enquanto instituições dinâmicas, demonstrando a sua qualidade, que na maior parte dos casos é alta. Somos diferentes, é verdade, mas não somos melhores nem piores que as universidades.

com o que se está a passar.

POLIT. – Como se deve processar, então, a acreditação?

A. G. – Queremos estabelecer parcerias com as escolas para encontrarmos, em conjunto, o melhor processo de acreditação dos cursos. Não pretendemos chumbar os cursos só porque não concordamos com a sua organização. Este entendimento com as escolas vai impedir que os licenciados pratiquem engenharia ilícita, uma vez que se os cursos estiverem devidamente reconhecidos, os engenheiros não vão entrar na clandestinidade. Se na ANET considerarmos que um curso, de um determinado Instituto, está abaixo dos níveis mínimos de qualidade, não o recusamos logo à partida. Possuímos mecanismos específicos para o elevarmos ao nível mínimo exigível para a profissão. Nós não estamos, de modo algum, passivos relativamente a essa matéria. A ANET, não aceita que se formem menos engenheiros em Portugal. Temos mesmo um plano estratégico para os duplicarmos nos próximos 10 anos, e tudo faremos para que isso aconteça. Estamos determinados a

ter uma atitude pró-activa, para que se criem novas escolas e se reforcem as existentes.

POLIT. – Qual é o caminho?

A. G. – É necessário tomar medidas e uma delas passa por aquilo que o governo denominou "Plano Tecnológico", que tem levantado alguma polémica, pela ignorância ou incapacidade de as pessoas pensarem pela sua própria cabeça. A ANET considera o Plano Tecnológico uma boa ideia, que contem um conjunto de projectos específicos que pressupõem que cada instituição, pública ou privada, consiga juntar factores dispersos e dar o salto qualitativo na área da educação e da formação. O Plano Tecnológico é o instrumento para o desenvolvimento, e mais uma vez não podemos estar à espera que o governo decida tudo. Somos nós que temos de alterar atitudes e mentalidades, tomando decisões que modifiquem os modelos tradicionais de organização da sociedade portuguesa. Esta é a responsabilidade mínima que cada cidadão tem e em particular os dirigentes das associações de direito público, como a ANET, com fun-

ções delegadas pelo Estado.

POLIT. – Esta a dizer que essas pessoas devem ser responsabilizadas?

A. G. – Sim, O Governo devia chamar a atenção destes dirigentes, co-responsabilizando-os pelo que fazem e pelo que não fazem. É esse o desafio. Se calhar há pessoas que não gostam deste discurso, mas nós não estamos cá para fazer a vontade às pessoas, mas para estimularmos o desenvolvimento dos cidadãos. Este é o momento em que os dirigentes das associações de direito público, enquanto líderes de opinião, têm uma responsabilidade enorme no desenvolvimento do país. São eles que representam as elites, técnica, científica e intelectual, do melhor que temos em Portugal, e cuja formação custou muitos milhões de euros. E são esses profissionais que têm de ser o motor e a alavanca do desenvolvimento do país. Devemos ter a coragem de assumir as nossas responsabilidades. E quem não estiver nessas condições deve demitir-se das suas funções e ir fazer outra coisa.



A direcção da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos apoia está solidária com o presidente na exigência de medidas que dignifiquem a engenharia

POLIT. – Não seria desejável a fusão das associações de direito público que representam os profissionais de engenharia. Não deveria ser uma só entidade a regulamentar o exercício da profissão?

A. G. – Nada está excluído. No plano teórico, nós admitimos isso, mas é necessário que exista uma alteração de mentalidades. Desde que sou responsável pelos engenheiros técnicos (e já se passaram 20 anos), que as relações entre a ANET e a Ordem dos Engenheiros melhoraram muito. Mas não considero que estejam ainda estabelecidos os patamares de confiança mínimos para abordarmos essa questão. Eu próprio já estive em pré-negociações, relativamente a essa matéria, mas não existem ainda condições para se pensar na fusão das duas associações. Fora de causa está a absorção da ANET pela Ordem dos Engenheiros. Actualmente apenas podemos considerar a criação de uma organização onde as duas instituições estejam presentes, para que possamos ultrapassar algumas dificuldades e desconfianças. Futuramente, nos próximos 10 ou 15 anos, se essa confiança for adquirida, poderemos avançar para a fusão.

POLIT. – O que seria preciso mudar para acontecer a fusão?

A. G. – Em primeiro lugar seria necessário que não nos considerassem uns atrasados mentais. O engenheiro técnico não é um ser menor, e esse seria o ponto de partida para qualquer acordo.

POLIT. – Quem é que considera os engenheiros técnicos “atrasados mentais”?

A. G. – Certas pessoas... É preciso que os engenheiros técnicos sintam que não são tratados com menosprezo. E é necessário fazer um acordo global, sobre sete ou oito matérias.



O maior desafio, neste momento, é perceber que Bolonha veio terminar com um certo modelo de ensino, e que as pessoas vão ter que se adaptar a outro

POLIT. – Quais são os temas mais sensíveis?

A. G. – Olhe, por exemplo, a Função Pública, onde os engenheiros técnicos estão impedidos de ingressar na carreira técnica superior, e de exercer funções de chefia, por mais competentes que demonstrem ser. Outro ponto a rever é o impedimento que se mantém sobre a mudança da designação da ANET, de Associação para Ordem. Seria ainda necessário um acordo sobre os sistemas que aprovam a qualidade do engenheiro técnico. Até hoje, ninguém quis falar connosco sobre o assunto. E relativamente aos títulos profissionais, 30 anos depois do 25 de Abril ainda há quem diga que nós temos um título passado por favor. Ora, isso é inconcebível. Eu tenho um título que me foi atribuído por um curso com uma duração de 12 anos – até ao 12º ano – mais três anos de formação na área da engenharia. E há muita gente que nunca fez essa formação e hoje se apresenta como membro da Ordem dos Engenheiros. Nós não aceitamos esse tipo de coisas.

POLIT. – Quando fala em acordo global...

A. G. – ...quero dizer que enquanto eu for presidente da ANET não subcreverá nenhum acordo parcelar. Só aceitaremos celebrar um acordo global, sobre todas as matérias. Doutra forma, as probabilidades de as coisas continuarem na mesma serão muito grandes. Por tudo isso, penso que não estão reunidas as condições mínimas para a ANET e a Ordem começarem a conversar, quanto mais para chegarem a um acordo.

POLIT. – Nesse contexto qual será o principal papel da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos?

A. G. – Essencialmente apontar caminhos. Existe um relatório de grande qualidade, produzido pelo presidente do Instituto Politécnico do Porto, Prof. Luís Soares, onde são apontadas as soluções para a engenharia do futuro. A ANET tem igualmente produzido documentos, e as nossas posições são claras, no sentido de indicarem o caminho que a engenharia portuguesa tem

que seguir. Entre os principais pontos de destaque: a duplicação do número dos engenheiros e engenheiros técnicos, o aumento da sua qualidade e a dignificação da engenharia. E isto já é, por si só, um caderno de encargos de grande envergadura. O nosso principal objectivo, para os próximos anos, é continuar a lutar pela dignidade da nossa profissão. Sendo certo que, ao fazermos isso, lutamos pela dignidade dos portugueses todos.

POLIT. – O IPL tem vindo a apostar, na sua estratégia de internacionalização, em missões junto dos PALOP, com o objectivo de ganhar influência no espaço do Ensino Superior da lusofonia. Recentemente participou numa

safiamos a sociedade portuguesa a olhar para esses países de forma diferente. Continuando a defender os nossos interesses económicos e estratégicos, mas contribuindo para que esses países assumam um papel de liderança a nível regional. A nossa contribuição, passa pelo esforço de ajudar a criar nesses países pólos de desenvolvimento, aproveitando nós para exportar os nossos produtos, incluindo a nossa engenharia. Esta é uma aposta estratégica em que temos tido a felicidade, até agora, da participação de meia dúzia de politécnicos, de uma escola superior universitária privada e de uma universidade pública que quer participar connosco num projecto semelhante em Moçambique.

que tínhamos razão em defender essas ideias. Não gostaríamos que em Portugal acontecessem incidentes, como os que se passam todos os dias na fronteira do norte de África. E esses acontecimentos não se evitam colocando muros ou redes de arame farpado, mas contribuindo para o desenvolvimento desses países. Essa é a nossa grande aposta.

POLIT. – E a Europa?

A. G. – Portugal não pode viver exclusivamente virado para Bruxelas. Nós somos europeístas convictos, alguns até federalistas, mas entendemos que a nossa componente estratégica da África, da América e do Oriente, não pode em nenhum momento ser descurado. Porque é isso que dá a grandeza a um país

Deveriam poder realizar doutoramentos, as instituições que possuíssem condições para o fazer. E apesar do respeito que tenho pelas universidades, a verdade é que existem algumas que são de qualidade inferior a muitos politécnicos. Espero que o Governo venha ainda a reconsiderar e a ter coragem para corrigir esta deficiência na legislação



missão a Angola, onde se falou de Bolonha. Poderá o país assumir-se como parceiro estratégico no diálogo Norte/Sul?

A. G. – Estamos determinados a contribuir para que a engenharia portuguesa, se expanda pelo mundo. A missão a Angola serviu para lançar as bases para a criação da Universidade-Politécnica Fernando Marcelino, no Huambo. E possuímos um projecto semelhante em Cabo Verde. Nós estamos a desafiar a sociedade portuguesa, as empresas e os colegas residentes nesses países, a fazerem um esforço para aí criarem estruturas educativas. Há cinco ou seis anos, quando começámos com este projecto, chamáramos «lunáticos». Hoje, estamos plenamente convencidos de que valeu a pena termos tido essa ideia. De-

POLIT. – A Associação Já tem representações nesses países?

A. G. – A ANET não só tem escritórios de representação dos engenheiros técnicos nesses países, como quer ser catalizadora de projectos de desenvolvimento, assentes na educação e no ensino. Não é aceitável que os mercados em expansão sejam controlados e absorvidos por outros países. Nós temos óptimas condições para nos instalarmos e levarmos o desenvolvimento a essas populações, retirando também, obviamente e assumidamente, benefícios. Será esse o grande desígnio externo dos engenheiros técnicos portugueses. E gostaria mesmo, de convencer outras organizações, a assumirem uma posição semelhante à nossa. Dentro de pouco tempo a sociedade portuguesa vai perceber

pequeno, com 10 milhões de habitantes, com um território escasso, mas que possui uma riqueza enorme, que são as pessoas. Gostaria de ver um império cultural, não um império colonial.

POLIT. – Está a falar de uma iniciativa essencialmente privada.

A. G. – Sim. O Governo, aqui, só tem que desempenhar um papel regulador. Não podemos estar à espera que ele tome todas as decisões, voltar ao tempo em que era o Conselho de Ministros a decidir o preço da bica. O Governo tem as suas funções e nós temos as nossas, que passam por pensar grande com dimensão, encarando o futuro com optimismo, de forma a tornar o país competitivo.

o caso de um regato gerado por um cano rebentado, que exige saber se leva água quente, água fria ou esgoto. Compete ao técnico identificar os factores de risco, associados a condições de segurança, e realizar inspecções ambientais aos locais de trabalho. Deverá depois propor medidas de prevenção e de protecção, de acordo com os princípios gerais e os requisitos legais aplicáveis.

Se, por exemplo, tiver sido diagnosticado uma lesão tendinosa a um funcionário do hospital, isso implica uma avaliação técnica ao local de trabalho. Vitorino deverá verificar que tipo de teclado a pessoa em causa usa, e encontrar explicações e respostas. Um grupo de pessoas com determinada sintomatologia poderá querer dizer que houve uma fuga de anestésicos no bloco operatório, uma que anda por ali uma bactéria libertada por um doente do internamento.

Trata-se, acima de tudo, de um trabalho que recorre à observação, localizando e identificando os riscos, e analisando factores como o ar, a radiação, o ruído ou os agentes

químicos. E se até há bem pouco as picadas e o contacto com fluidos orgânicos eram os casos mais frequentes de acidentes de trabalho, hoje são mais as quedas, relacionadas com sonolência. E existem outros riscos emergentes aos quais José Vitorino pretende dedicar-se. É o caso, já estudado no seu trabalho de fim de curso, dos turnos mal planeados, má estruturação no local de trabalho ou a inexistência de saídas de emergência, extintores ou janelas. A panóplia de riscos inclui o envelhecimento, a perda de capacidades ou a má relação com as novas tecnologias.

Criado em 1996, o Gabinete de Saúde Ocupacional do Egas Moniz é, na opinião de José Vitorino, "um dos melhores estruturados no nosso país", sobretudo pelos recursos humanos que o constituem. Fazem parte da sua equipa uma médica, responsável pela Medicina no Trabalho, uma enfermeira, uma funcionária administrativa e uma auxiliar de acção médica. O gabinete aposta na formação, sobretudo dos interlocutores em cada serviço, ensinando-lhes coisas tão simples, como

pôr e tirar uma luva. São esses quem melhor estão direccionados para os assuntos da segurança, higiene e saúde em cada serviço. "São os nossos olhos", diz José Vitorino.

A equipa promove, em sintonia com a agenda da Direcção-Geral de Saúde, semanas temáticas no Hospital Egas Moniz que coincidam com o Dia da Saúde Mental, o Dia Mundial da Saúde ou o Dia Mundial dos Diabéticos. José Vitorino quer fixar uma matriz de avaliação de riscos hospitalares, que lhe permita colmatar uma falha com que hoje se depara no dia a dia: o risco de contaminação de HIV.

O jovem técnico sugere aos estudantes que hoje frequentam o curso em que se licenciou, na Escola Superior de Tecnologias de Saúde, que olhem com atenção para o que se faz *lá fora*, principalmente nos países nórdicos. Cita os exemplos do Instituto de Saúde Ocupacional em Helsínquia e da Faculdade de Saúde Pública e Ambiental de Londres. E aconselha-os a fazer pesquisa literária constante, sobre a área, porque a ciência está sempre a evoluir.

Cuidado com os Raios X

JOSÉ VITORINO, além de Técnico de Saúde Ambiental, é também responsável, no Hospital Egas Moniz, pelo Programa de Vigilância de Radiações Ionizantes, destinado a prevenir os riscos a que estão sujeitas as pessoas expostas à radiação X. Cada uma delas usa em permanência um pequeno aparelho, chamado decímetro, onde está inscrito o seu nome e o serviço em que está inserido.

O aparelho capta as doses internas de radiações absorvidas pelos órgãos internos, e as superficiais absorvidas pela pele. De três em três meses os aparelhos são enviados para o Instituto Tecnológico e Nuclear, para serem analisados. Quando surgem valores fora do padrão cabe a José Vitorino o que se passa e resolver o problema.

"Quando há doses elevadas, faço avaliações de qualidade aos



Este é o pequeno aparelho chamado decímetro com o qual José Vitorino mede as radiações

equipamentos, tento perceber se existe alguma fuga e verifico se o avental de chumbo tem rupturas.

Depois marco reuniões com os colegas da radiologia e decido com eles o que fazer", explica.



UNIVERSITÄT
FÜR MUSIK UND
DARSTELLENDE KUNST
GRAZ · AUSTRIA

A arte de encantar na Áustria

Três alunos da Escola Superior de Música de Lisboa, orientados pela professora Olga Prats, participaram na *Internacional Week*, que se realizou na Universität für Musik und Darstellende Kunst, em Graz, na Áustria. A actuação do trio foi considerada "brilhante", em termos internacionais, contribuindo para cimentar o prestígio da Escola a nível europeu.

Textos de Jorge Silva • Fotos de Pedro Pina



O importante acontecimento musical, que se realiza desde 1974, conta sempre com a participação de grupos instrumentais, das escolas de música com mais prestígio internacional. Este ano o destaque foi para a Escola Superior de Música de Lisboa e para o Conservatório de Música de Sydney. Estava ainda prevista a participação de um grupo de Kiev, que acabou por faltar, tendo sido substituído por um grupo de música de câmara da própria Universidade de Graz.

O grupo que representou a Escola de Música do IPL, escolhido pela professora Olga Prats, apostou na originalidade, evitando o número habitual de executantes nestes eventos (quartetos de cordas ou os quintetos de sopro). Optou-se pelo trio: guitarra (Nuno de Sá), flauta (Natália Grossmannová) e canto (Maria José Conceição), o que permitiu realizar várias combinações. Também o programa foi diferente do habitual, centrando-se na música portuguesa de Fernando Lopes-Graça, complementadas por obras de trovadores, de Frank Martin; canções Sefarditas, de Manuel Valls; Histórias do Tango, de Astor Piazzolla.

Os organizadores concederam a Nuno de Sá a oportunidade de tocar com a orquestra de Graz, no concerto de encerramento do certame. A escolha recaiu sobre uma peça para orquestra e guitarra de Joaquín Rodrigo, intitulada "Fantasia para un gentilhombre".

O programa apresentado pela ESML suscitou uma grande curiosidade, devido sobretudo ao desconhecimento que existe na Áustria sobre a música portuguesa e as composições de Lopes-Graça. Os austríacos, por natureza pouco emotivos, acabaram por gostar, embora não sem demonstrar à partida grande entusiasmo. Mas à medida que os dias iam passando os elogios iam aparecendo, cada vez em maior número. A divulgação da música de Lopes-Graça foi deliberadamente assumida pela professora Olga Prats que assim prestou, uma vez mais, um enorme serviço ao país.

A organização desta semana internacional foi de muito bom nível, permitindo que tudo corresse bem e que os participantes dispusessem das condições necessárias a uma boa actuação.



**UNIVERSITÄT
FÜR MUSIK UND
DARSTELLENDEN KUNST
GRAZ - AUSTRIA**

**INTERNATIONAL
WEEK 2006**
33. Woche der Begegnung

Dienstag, 28. März 2006, 19.45-Uhr
Palais Meran, Florentinersaal

KAMMERKONZERT
Escola Superior de Música LISSABON

PROGRAMM

Fernando Lopes-Graça
(1906-1994)

Três Pequenos Duos
für Flöte und Gitarre

Gracioso
Balouçado
Folião

Melodias Rústicas Portuguesas
für Sopran, Flöte und Gitarre

Oração do pobrezinho
O lavrador da arada
Romance de D. Fernando
Onde vais, ó Luisinha?
A Devota
Alvorada
Corridinho
Romance do homen rico

Tre Capricetti
für Flöte und Gitarre

Nervoso
Melancólico
Glucoso - Lírico



Olga Prats

Diplomada em Piano e Composição pelo Conservatório Nacional, frequentou as Escolas Superiores de Música de Colónia e Friburgo, em Piano e Música de Câmara. Como solista tem divulgado a obra de Lopes-Graça, de que gravou já três discos. Com o Opus Ensemble tem dado a conhecer obras de autores portugueses pela Europa, Ásia e América.

Quando, na juventude, iniciou a sua formação, era considerado elitismo que um filho de uma família normal tivesse aulas de música, a não ser que fosse para complementar a educação escolar.

Na opinião de Olga Prats, a Escola Superior de Música de Lisboa só não tem ainda maior projecção internacional por persistir ainda o problema da falta de condições das actuais instalações. O edifício não permite que nela se realizem espectáculos, nem que exista uma vivência profunda entre os alunos e a escola, no sentido de ela assumir por inteiro o seu papel de local de estudo e investigação. A expectativa em relação ao que irá acontecer no novo edifício do Campus de Benfica é, por tudo isso, enorme. Professores, alunos e funcionários estão ansiosos para que tudo fique pronto e a mudança seja feita o mais rapidamente possível.

Os alunos da Escola Superior de Música têm projectos que, na maior parte das vezes, não conseguem implementar no mercado de trabalho. A ESML, enquanto escola artística, é encarada pelos seus alunos como um estabelecimento de ensino vocacionado para a execução musical, e não apenas como um meio para formar professores de música.

A ambição dos alunos é mostrar trabalho, porque só assim podem continuar a evoluir e a aprender com novas situações que possibilitem uma actualização permanente. E isso faz-se realizando espectáculos, recebendo críticas e trocando experiências quer a nível nacional quer internacional.

O mito de que o nível dos alunos estrangeiros é superior aos dos portugueses é um erro. Nuno de Sá conta que, na sua experiência de três meses em Praga, se apercebeu de que os estudantes locais eram menos aplicados do que os portugueses. O nível dos estudantes portugueses, mesmo com as limitações conhecidas, consegue estar ao mesmo nível e por vezes até superar o apresentado pelos outros países.

Weitere Konzerte der

INTERNATIONAL WEEK 2006

33. Woche der Begegnung

MI/29/03/2006
19.45 Uhr, Palais Meran, Florentinersaal

KAMMERKONZERT des Conservatoriums of Music SYDNEY

Dmitrij Schostakowitsch: Streichquartett Nr. 7 op. 108
Peter Sculthorpe: Streichquartett Nr. 11 „Jabiru Dreaming“ (1990)
Ludwig van Beethoven: Streichquartett op. 59/2 „Rasumovsky“

GREENWAY STRING QUARTET
Elizabeth GORMLEY – Violine
Clare MILLER – Violine
Luke SPICER – Viola
Heather LINDSAY – Violoncello

Eintritt freil!

DO/30/03/2006
19.45 Uhr, Stefaniensaal, GRAZER CONGRESS

gemeinsam mit der Gesellschaft der Freunde der
Universität für Musik und darstellende Kunst Graz

24. Abonnementzyklus – 10. Veranstaltung ORCHESTERKONZERT „INTERNATIONAL WEEK“

*Joaquín Rodrigo (1901-1999):
„Fantasía para un gentilhombre“ für Gitarre und Orchester*

Nuno DE SÁ – Gitarre (Lissabon)
Dirigent: Nasser KHALATBARI (Graz)

*Ross Edwards (*1943): „Maninyas“ Konzert für Violine und Orchester*

Elizabeth GORMLEY – Violine (Sydney)
Dirigentin: Hermine PACK (Graz)

Peter Iljitsch Tschaikowsky (1840-1893): 4. Symphonie f-Moll op. 36

Dirigent: Svetoslav BORISOV (Graz)
Orchester der Kunstuniversität Graz

Restkarten: Zentralkartenbüro/Abendkasse

O programa, com o destaque, da prestação de Nuno Sá

Graz: um pólo cultural no centro da Europa

A Universidade de Música e Artes Dramáticas de Graz, segue uma política de abertura ao exterior, que se traduz no elevado número de estudantes estrangeiros, provenientes na sua maior parte dos países vizinhos da cidade de Graz, como a Eslo-

vénia e a Hungria.

Dotada de excelentes instalações para o ensino das artes, a universidade tem a preocupação de promover eventos musicais de grande qualidade, como a *International Week* onde os estudantes portugueses estive-

ram, vocacionados para seduzir o público.

A sua actividade lectiva abrange a música de câmara, orquestra, lied, opera e jazz, a par da arte dramática, sempre com a preocupação de combinar a modernidade com a tradição.

Natália Grossmannová (Flauta)

Natália Grossmannová nasceu em 1985 em Ostrava, na República Checa. O seu percurso musical iniciou-se em 1991, em piano, com a professora Markéta Vartová, tendo ganho um concurso regional (Opava) em 1993. Em 1997 ingressou na Escola Profissional de Arte de Mirandela, na classe de flauta, tendo concluído a formação com a classificação máxima. Em orquestra trabalhou sob a direcção dos maestros Roberto Perez, Maciel Matos, Ernest Schelle, Max Rabinovitsj, Vasco Azevedo, Alberto Roque e N. Lalov. Actualmente frequenta o 3º ano da Escola Superior de Música de Lisboa, na classe de Flauta do professor Olavo Barros, e na classe de Música de Câmara dos professores Olga Prats e Nuno Inácio.



Maria José Conceição (Canto)

Maria José Conceição nasceu em Setembro de 1978, em Castelo Branco. Iniciou os estudos musicais aos 7 anos no Conservatório Regional de Castelo Branco, sua terra natal, tendo começado por estudar violino. Aos 18 anos mudou-se para Évora e ingressou na Academia dos Amadores de Música, onde estudou canto com as professoras Joana Levy e Maria de Lurdes Repas Gonçalves, enquanto frequentava a Universidade, onde iniciou o estudo de Canto com a professora Liliana Bizineche. Neste momento frequenta o 3º ano da Licenciatura em Canto da Escola Superior de Música de Lisboa, na classe do professor Luís Madureira.



Nuno de Sá (Guitarra)

Nuno de Sá nasceu em Lisboa em 1979, tendo iniciado os seus estudos musicais em 1994 no Conservatório de Música D. Dinis. Concluiu o Curso de Guitarra do Conservatório, em 2003, na classe do professor José Mesquita Lopes. Actualmente frequenta o Curso de Guitarra da Escola Superior de Música de Lisboa na classe do professor António Jorge Gonçalves. Trabalhou com os professores Alberto Ponce, Dejan Ivanovic, Joaquim Clerch, Stepan Rak e Tomás Camacho. E estuda ainda Música de Câmara, com os professores Olga Prats e Nuno Inácio. Já actuou a solo em vários pontos do país, tendo recentemente participado em projectos com a Orquestra Sinfónica Portuguesa. Em 2004 actuou em Edimburgo (Escócia) e em 2006 em Graz (Áustria). Em 2004 conquistou o 1º lugar no Concurso Internacional de Guitarra de Leiria.



Único no Ensino Superior em Portugal

Estúdio de cenografia virtual na ESCS



A ESCOLA Superior de Comunicação é a única do país a possuir um estúdio de cenografia virtual, que está a ser utilizado por alunos do curso de Audiovisual e Multimédia e, no âmbito do protocolo celebrado com a Escola Superior de Teatro e Cinema, pelos estudantes do curso de Realização Plástica do Espectáculo. Uma rúbrica do

programa televisivo E2, que vai para o ar todas as semanas no Canal 2 da RTP, é gravado naquele estúdio.

A Escola Superior de Comunicação Social começou a interessar-se pela cenografia virtual, durante a visita, que elementos ligados à área do audiovisual realizaram, em 1998, à Feira do Audiovisual e do Broadcasting de Amsterdão. Nessa

altura começava-se a falar na aplicação dos ambientes virtuais na área do audiovisual. Em 1999 realizou-se na escola uma semana dedicada à televisão virtual, com o objectivo de divulgar esta tecnologia, através de uma conferência acompanhada por uma exposição das várias marcas que comercializavam equipamentos para estúdios.

No ano 2000 foi feita uma primeira abordagem sobre o custo da instalação de um estúdio de cenografia virtual na escola, e anos mais tarde iniciou-se o processo da sua aquisição, que foi sendo feito à medida que havia financiamento. Na escolha do tipo de estúdio a adquirir, entre as várias propostas, a Escola teve em conta as áreas dos cursos que minis-

tra – a informação e a animação.

Quando olhamos para o estúdio da ESCS observamos uma parede verde – o ciclorama – com os cantos redondos para evitar as sombras. É no ciclorama que vão ser implantados os cenários virtuais, através de um programa que substitui a cor verde pelas imagens virtuais.

O fundamental nos cicloramas é te-

rem uma cor sólida, que contraste com a figura humana. No caso da ESCS é verde, mas também existem vermelhos e azuis. A cor verde foi escolhida por ser a que tem mais *luminância*, a que reflecte mais a luz, e por isso permite uma melhor resposta das câmaras. A iluminação tem uma grande importância na cenografia virtual, sendo que se utilizam dois tipos



Os alunos que constituem a equipa técnica do programa E2 no estúdio virtual

de luz: a luz fria, cuja principal função é iluminar de uma forma homogênea o ciclorama, através de projectores suspensos no tecto; e a luz quente, destinada a iluminar as pessoas que se encontram no estúdio, que é constituída pelos projectores que normalmente se utilizam nos estúdios.

Uma boa iluminação, e um ciclorama bem pintado e sem sujidade, permitem que 90% do trabalho de substituição da cor verde pela imagem virtual pretendida esteja feito. Ainda dentro do estúdio existem três câmaras, duas moveis e uma fixa, todas equipadas com sensores de posição, com um desvio máximo de um milímetro, e que se orientam segundo uns alvos que se encontram suspensos no tecto do estúdio. Este sistema, da "Radamec", permite que a posição e os movimentos das câmaras estejam sempre referenciados pelos três computadores a que estão ligadas. Para além da posição também o zoom e o foco das câmaras é medido,

e essa informação transmitida para o computador.

A construção do modelo de cenário virtual é feita em computador, em modelação 3D, através de um sof-

ware específico, onde são definidos os objectos, a luz e as câmaras. Aos objectos é atribuída uma cor e uma textura, que é basicamente uma imagem que se aplica numa ou em várias faces do objecto de forma a torná-lo o mais real possível.

Depois de feito em modelação 3D, o cenário é transposto para o sistema de cenografia virtual, o "brainstorm", para que em tempo real seja efectuada a sua integração com as imagens captadas pelas câmaras. É possível assim interagir com elas, modificando os objectos ou o nível de iluminação. Cada câmara encontra-se ligada a um computador que, por sua vez, está ligado em rede aos outros. Isso faz com que qualquer alteração feita no cenário seja assumida por todos e fazendo com que a câmara virtual se mova de acordo com o movimento da câmara real.

Todo o cenário é comandado pelo computador e pode ser substituído em tempo real. Existem sempre algumas limitações porque o 3D é pesado em termos de processamento informático. É muito complicado calcular o nível da iluminação e a projecção das sombras em tempo real. Por isso quando se faz um modelo 3D, geralmente aplica-se uns cálculos de luz e sombras já pré-calculados.

Outro problema é o tempo que o computador leva a processar o



O cerimonial de colocação dos microfones que antecede as gravações

cenário virtual, o que provoca um *delay* que tem de ser compensado de maneira a ficar sincronizado com a imagem real e o som. Basicamente existem dois sinais de vídeo, um proveniente das câmaras normais – que transmite a imagem do ciclo-

rama com o apresentador – e outro proveniente do “brainstorm” – composto pelo cenário virtual. Ambos os sinais são introduzidos no *ultimate*, máquina responsável pelo *chroma-key*, ou seja, faz a conjugação entre o cenário virtual e o real substituindo

do o background verde pelo cenário virtual. O *ultimate* permite ainda que se faça o equilíbrio entre a imagem real e a virtual através de pequenos ajustes na tonalidade da cor, do brilho ou do contraste.

Textos de Paulo Silveiro

O jornalista enquanto actor

COM a aplicação da cenografia virtual nos estúdios de televisão, o papel do elemento humano sofreu algumas alterações. Os apresentadores e os jornalistas passaram a ter que se preocupar com o seu posicionamento no espaço do estúdio, e até a ensaiarem os seus movimentos como actores que desempenham uma personagem. José Alberto Carvalho, pivot do Telejornal da RTP e professor da Escola Superior de Comunicação Social, adverte para os perigos e sublinha os fascínios.

Antes de se aprender a trabalhar num estúdio de cenografia virtual é preciso ter-se noções muito concretas sobre esta tecnologia e a sua utilização. A lição é de José Alberto Carvalho. “No início, cria-se em nós uma sensação de estranheza, porque o que se nos pede é uma representação total, num determinado espaço físico, onde, para além das pessoas, só existem paredes pintadas” – explica o jornalista. Assegurando que é necessária uma adaptação psicológica, do ponto de vista da atitude perante as coisas, uma vez que é preciso interagir com pessoas que não estão lá. O que equivale a dizer que se está perante uma construção da realidade, uma representação.

Em sua opinião, quando se trabalha em cenografia virtual, sobretudo em discurso jornalístico, podem-se levantar até questões de carácter deontológico, uma vez que se está a representar. “Sempre que o jornalismo recorre ao trabalho de recreação ou simulação de acontecimentos ele está – explica – a fabricar uma parte da realidade. A cenografia virtual é um passo à frente neste processo e isso deve ser feito com cuidado”. A tecnologia obriga, pois, a essa re-



Foto de Pedro Pinna

José Alberto Carvalho: jornalista na RTP e professor na ESCS

presentação. E isso é tanto mais sério quanto é certo que a imagem que é transmitida para o espectador em casa não é real.

José Alberto Carvalho adverte para a necessidade de se fixar um compromisso ético, entre quem faz e quem vê, no sentido de se evitar que a cenografia virtual seja usada para manipular, falsificar ou iludir qualquer tipo de realidade. Na opinião do conhecido jornalista, a transição de um estúdio clássico para um de cenografia virtual requer alguma habituação, porque por mais que a cenografia virtual tente recriar o modelo físico, a verdade é que os pontos de vista, as perspectivas dos objectos, as distâncias, as ilusões de óptica não são as mesmas do mundo real. “Esta tecnologia exige um ensaio das situações concretas, dos movimentos, dos passos, da situação real que vai ser transmitida naquele espaço, para não quebrar a magia e a ilusão do espaço virtual» – explica.

O fascínio deste admirável mundo novo decorre da sua capacidade de construir ambientes cenográficos,

doutro modo impossíveis, dados os seus elevados custos e a exigência de espaços e tempos de construção gigantescos. Contudo, apesar de permitir encaixar o “mundo” num espaço reduzido, a utilização de tecnologia virtual implica, ainda assim, custos adicionais no processo de construção das notícias, que no actual momento do mercado publicitário não são fáceis de adoptar. E é isso que dificulta, segundo José Alberto Carvalho, a introdução desta tecnologia nova, de forma permanente, na construção das notícias.

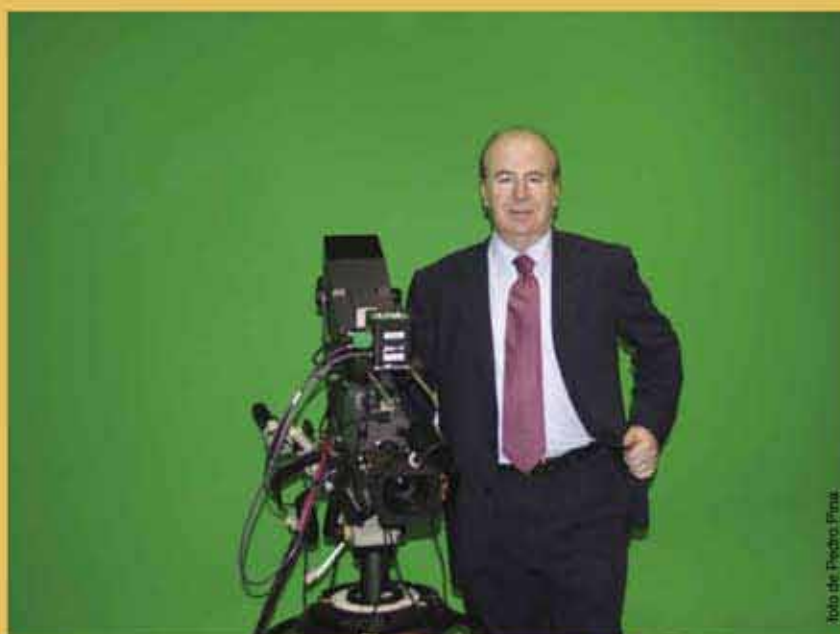
Esta ferramenta extraordinária obriga a repensar a estrutura das redacções e a atitude dos jornalistas. Como jornalista e docente, José Alberto Carvalho, pensa que é inevitável que se continue a apostar na cenografia virtual, porque ela possui enormes aplicações no campo do entretenimento e da informação, facilitando a explicação de acontecimentos. Será um processo progressivo de aprendizagem mútua, por parte de quem produz os equipamentos e de quem os utiliza.

O técnico enquanto ilusionista

UM dos grandes desafios lançados aos técnicos de televisão por esta revolução é o de serem capazes de fabricar cenários virtuais. Na opinião do Eng.º Ismael Augusto, docente da Escola Superior de Comunicação Social e antigo responsável pela área técnica da RTP, são necessárias pessoas com grandes conhecimentos a nível de software, uma vez que têm de acompanhar o ritmo das cenografias, que se vão mudando de programa para programa.

Essas pessoas têm de possuir dois tipos de características: – explica Ismael Augusto – dominar muito bem a parte técnica, que lhes permita a criação dos cenários virtuais; e ter uma grande capacidade criativa. Actualmente, os técnicos que são recrutados para trabalhar no grafismo nas estações de televisão, são criativos a quem se ensinam as técnicas para manipular os meios e para fazer a criação.

Na opinião deste especialista, a razão pela qual a cenografia virtual não tem um uso alargado, nas estações de televisão portuguesas, deve-se ao tipo de cenário utilizado. “Quando se está a ver um programa com um cenário virtual, fica-se com a sensação que se está dentro de qualquer coisa ficcional, semelhante a um jogo de computador, o que causa



Ismael Augusto: antigo responsável pela área técnica da RTP

algum desconforto e, ao fim de algum tempo, se torna saturante” – diz.

A solução para contrariar esta saturação está, do seu ponto de vista, no crescimento da capacidade de processamento dos computadores, de forma a permitir desenhar cenários que sejam cada vez mais parecidos com a realidade. Assim se reunirão todas as vantagens de uma cenografia criada em computador, com as características, em termos plásticos e de organização no espaço, da

cenografia real.

Neste momento as estações de televisão recorrem frequentemente a um mix entre cenários virtuais e cenografia real. A base do cenário é real e, sobre ela, fazem-se aplicações virtuais, com o uso de gráficos e quadros para ilustrar o assunto. Este será provavelmente o caminho a seguir, respeitando o gosto de quem vê e de quem está a usar uma nova facilidade técnica e um novo desenvolvimento tecnológico.

Revolução na técnica e na linguagem

A INTRODUÇÃO da cenografia virtual veio alterar profundamente o panorama audiovisual, quer na componente técnica quer na própria linguagem. Para além dos



estúdios de televisão, a tecnologia virtual é utilizada na publicidade, na animação “Live” e jogos de computador.

A cenografia virtual contém elementos físicos, integrando apresentadores ao vivo em ambientes de três dimensões, gerados por computador, e animações visualmente atractivas. Os cenários virtuais vieram adicionar impacto aos programas de informação e até à apresentação da meteorologia. Através da cenografia virtual, o mesmo estúdio pode ser utilizado para várias produções, aumentando a rentabilização de espaços e meios. O primeiro projecto só apareceu em 1993, ainda experimental e muito incipiente. No ano seguinte a estação de televisão norte-americana NBC faz a primeira demonstração sobre estúdios virtuais. Em 1995, a empresa Orad apresenta os primeiros estúdios CyberSet e RT-Set, já com uma tecnologia desenvolvida e que deu origem ao que hoje se aplica.

José Vitorino: Técnico de Saúde Ambiental

O detective hospitalar

Os 23 anos não foram impedimento para José Vitorino se tornar no responsável pela Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho no Hospital Egas Moniz. Licenciado em Saúde Ambiental pela Escola Superior de Tecnologia de Saúde, ele é uma espécie de detective sem arma, contratado para identificar, avaliar e prevenir os riscos a que estão expostos os seus colegas de trabalho. Um trabalho "intensivo e desgastante", que exige visão e talento.

Textos de Vanessa de Sousa Glória • Fotos de Maria Clara Dinis



Há quase um ano que José Vitorino veste diariamente a bata branca, para mais um dia de trabalho no Gabinete de Saúde Ocupacional do Hospital Egas Moniz. É a ele que compete zelar pela segurança, higiene e saúde dos mil e quinhentos funcionários que lá trabalham. Uma tarefa árdua que não o impede de já estar a frequentar o mestrado em Saúde Ambiental. Apaixonado pela Saúde Pública, lamenta que ela seja ainda uma área embrionária, nos

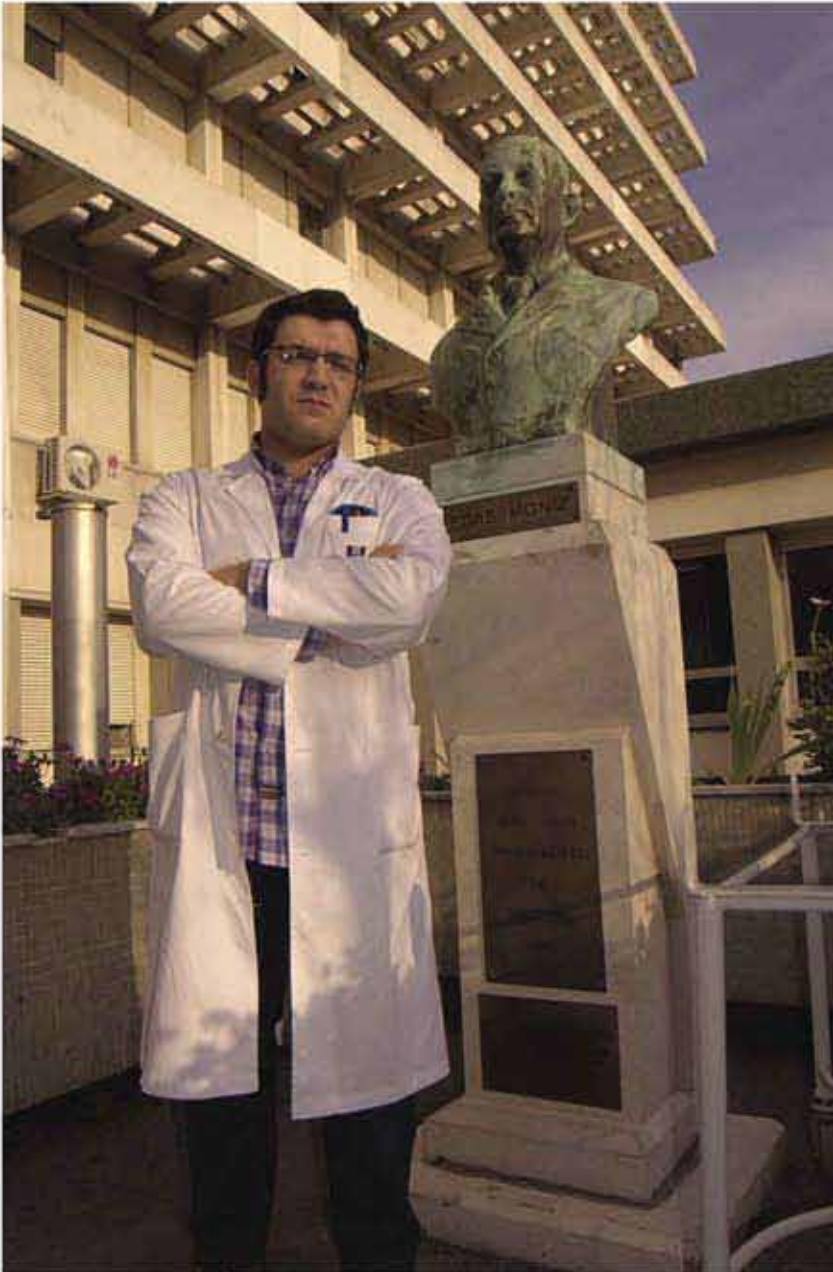
meios hospitalares portugueses.

Os seus dias de trabalho começam cedo, logo pelas 7 da manhã, mas são difíceis de serem planeados. Quando menos se espera, surge uma situação de SOS que exige actuação rápida, tornando-se a prioridade do dia. Um médico que se acabou de picar numa agulha, por exemplo, exige "a recolha do sangue do doente para ver se tem HIV. A pessoa que foi picada tem apenas quatro horas para tomar os retro-

virais no caso das análises acusarem a infecção. Mas a crise não fica por aqui. José Vitorino tem ainda de saber lidar com o médico ou enfermeiro que entra frequentemente em estado de choque até obter o resultado das análises. *Apagado o fogo*, segue-se a parte mais burocrática: a elaboração do parecer sobre o acidente de trabalho.

Existem por vezes situações absurdas, aos olhos do cidadão comum, a exigir a atenção do especialista. É

A sorte de conseguir emprego imediato



José Vitorino não teve de esperar para arranjar emprego

VAIS TRATAR da saúde dos pinheiros?, perguntavam-lhe os amigos, quando José Vitorino dizia que estava a tirar o curso de Saúde Ambiental. As pessoas não sabiam bem para que servia aquilo que estudava, e, em boa verdade, nem ele próprio tão pouco.

Quando concluiu o secundário faltaram-lhe umas décimas para ter acesso a Anatomia Patológica, que tinha uma faceta forense que o fas-

cinava. Mas não queria ser médico nem enfermeiro. Ainda chegou a pensar em ir para Engenharia Biomédica ou Bioquímica, mas achou que esse objectivo resultaria utópico, em termos profissionais, num país como Portugal.

No curso de Saúde Ambiental começou a interessar-se pela triade ecológica, que vê o ser humano como um agente causal. Os seus primeiros tempos nas Tecnologias da Saúde fo-

ram "um pouco atribulados", confessa. Estava confuso, não sabia se tinha feito a melhor opção, tinha medo de errar. As condições da Escola também não eram as ideais, uma vez que o espaço era então partilhado com os estudantes militares no quartel sediado na Rua Ferreira Borges. Mas hoje orgulha-se de não ter chegado a esperar para arranjar emprego.

Guarda na memória boas recordações da vida académica. No 2º ano, a inauguração das actuais instalações da Escola, no Parque das Nações, trouxe-lhe outro estímulo. Na sala de aula aprendia os riscos ambientais para a saúde de um indivíduo, analisava o ruído e o ar, mas faltou a componente laboratorial "uma das maiores lacunas da licenciatura. Sabíamos analisar os resultados, mas não sabíamos chegar até lá", lembra.

Terminada a parte curricular, iniciou o estágio no Centro de Saúde Coração de Jesus, no Bairro Azul, frente ao El Corte Inglés. Ele e os seus colegas iam para o terreno, com funcionários da Autoridade de Saúde, fazer inspecções sanitárias em estabelecimentos de restauração e bebidas e pequenas indústrias.

A experiência levou-o a concluir que não tinha perfil para a função. Virou-se, então, para outra vertente do curso: a Saúde Ocupacional – higiene e segurança no trabalho. Terminado o bacharelato, nem teve tempo para descansar, sendo convidado de imediato para ser responsável pela certificação da norma ISO 18000, numa empresa, acabando por a certificar também em Higiene, Segurança e Trabalho. Diz que no início "foi duro, muito duro", uma vez que "não estava habituado a assumir responsabilidades, fazia tudo para não errar".

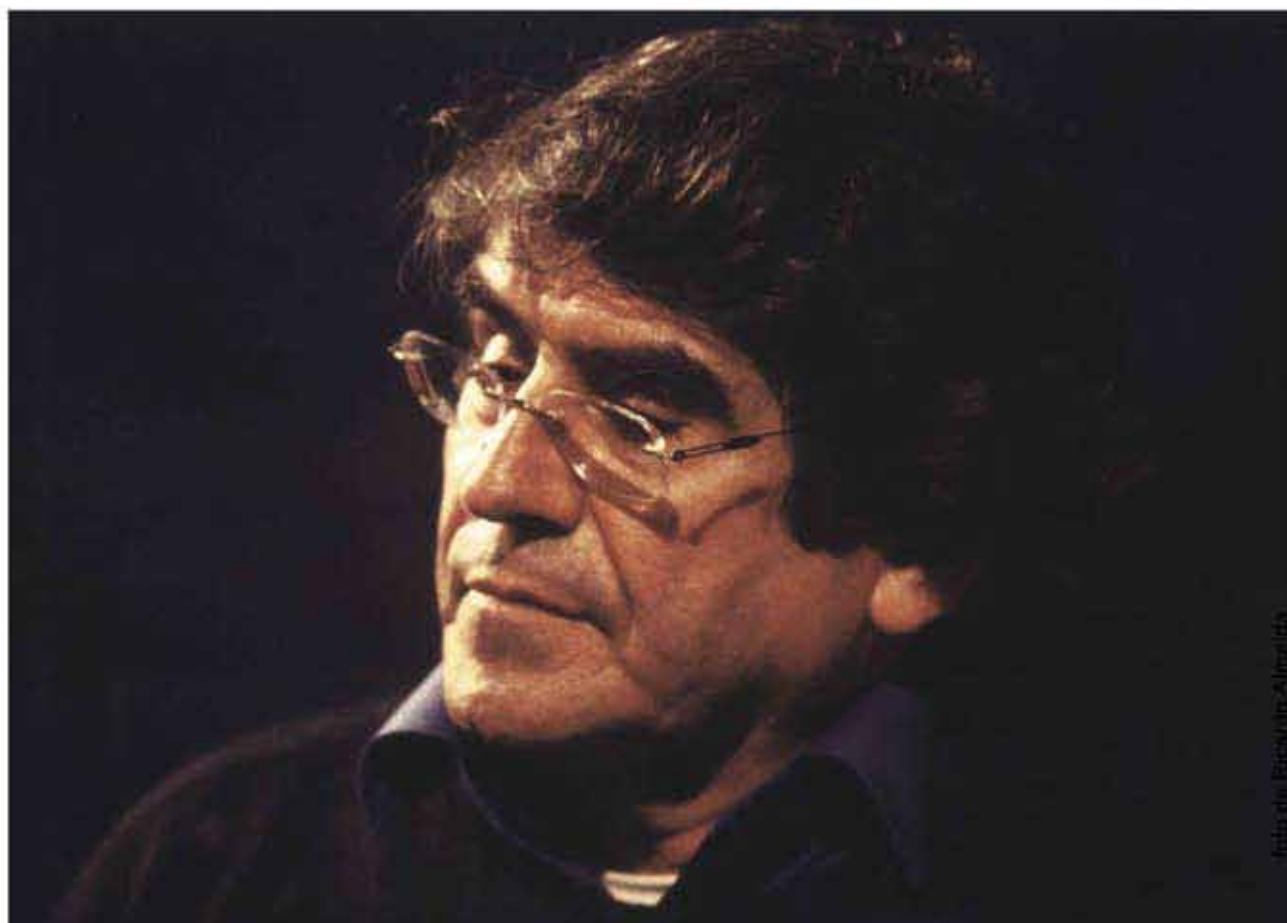
A informação sobre a existência de uma vaga da sua especialidade no Hospital Egas Moniz obteve-a na Escola Superior de Tecnologia da Saúde. Uma semana depois estava a ser entrevistado, seleccionado e contratado.

João Mota: 50 anos de teatro

O mestre franciscano

Professor, actor, encenador, pedagogo, homem do teatro e do cinema, João Mota é uma espécie de franciscano não ordenado, um homem que dedicou toda a vida à arte de reinventar ditos e feitos, que não gosta de falar de si nem teme a solidão. Um dia, já lá vão mais de dez anos, o Presidente da República fez dele comendador da Ordem do Infante D. Henrique, pelo seu contributo pela afirmação do teatro português no mundo. A poucos meses de celebrar o 50º aniversário de uma carreira singular, a *Politecnia* senta-se na ribalta e traça-lhe o perfil.

Textos de Vanessa de Sousa Glória



Alma de pedagogo, espírito desassossegado, inconformista militante, João Manuel da Mota Rodrigues, o fundador do Teatro A Comuna, nasceu *condenado* a viver sobre o palco, cedendo à arte a sua vida. Diz que sente, à boa maneira de José Gomes Ferreira, saudades do futuro repetidamente adiado, e que o passado terminou de repente, quando morreu a pessoa que melhor o conhecia: a mãe.



Com a irmã, dois anos mais velha

Inigualável, perturbador, exigente, é difícil encontrar alguém que não goste de João Mota. Cobre a vaidade com um manto de humildade sincera, é generoso e desprendido, e está sempre

disponível para os que dele precisam, esquecendo com frequência de si mesmo. A ele, ao seu esforço e dedicação, se fica a dever o novo teatro português, de matriz internacional, e um modo muito especial de formar actores.

Na Rua das Janelas Verdes, sozinho – porque é assim que gosta de estar – rodeado de livros que lê e relê, saboreia um bom vinho do Porto e deixa-se embalar pela música clássica. Partilha o espaço com Quico, o filho e o fiel companheiro de sempre, um rafeiro alentejano que já está no fim da vida. O cenário foi construído por ele e para ele, sendo certo que desde criança que faz tudo à sua maneira.

Noutros tempos, ao som da máquina de costura da mãe que era modista, viajava interiormente e ouvia-se a si próprio. Só mais tarde aprendeu com Peter Brook, o seu grande mestre, que fazer isso era habitar o espaço vazio, de onde irrompe a imaginação criativa.

Os 64 anos e a doença que o tem acompanhado ao longo da vida não são impedimento para se dedicar de corpo e alma aos ofícios de actor, encenador e professor. Dorme cinco horas por dia e isso chega-lhe. Vive para estudar, num quarto repleto de livros, onde a História das Religiões e a Sidarta se assumem como autênticas biblias.

Implacável consigo e com os outros, para ele não há doenças nem do-



O passado esfumou-se quando morreu a pessoa que melhor o conhecia: a mãe

res. Nos momentos que antecederam e se seguiram à última operação a que foi submetido, transformou o quarto do hospital numa sala de ensaios.

Dotado de uma energia interior impressionante, que guarda para o que é importante na vida, consegue partir do zero vezes seguidas. Teimoso e determinado, deixou de fumar de um dia para o outro, libertando-se num ápice dos quatro maços de cigarros que há muito lhe preenchiam as horas.

Rebelde por natureza, ainda hoje sobe ao palco, apostando essencial-

E o “padre” se fez actor...

A necessidade de poder ser útil à sociedade, longe da multidão, leva João Mota, ainda hoje, a pensar em ir para um convento. Vindo de uma família católica que ia à missa todos os domingos, até aos 16 anos queria ir para padre. O inconformismo levou-o a fazer trabalho social com a Juventude Operária Católica, distribuíam bens às famílias mais pobres.

Esteve sempre ligado aos padres progressistas e, aos poucos, foi-se apercebendo de que o palco da

luta não pode ser só o seminário. A luta tem de ser feita na vida e para isso precisam-se de pessoas. Deixou de ser católico quando a namorada morreu, numa altura em que viviam juntos e ela estava grávida. Na guerra desiluiu-se com os padres, e aos poucos foi-se afastando da religião católica.

Hoje continua profundamente religioso, mas virou-se do Ocidente para o Oriente: acredita no Budismo e no Taísmo, acima de tudo, no Homem.





Aos oito anos em Agosto de 1950 na Nazaré com a família

mente num teatro de transgressão. Sem isso – diz – não há continuidade, não há vida, não há arte. Da experiência que teve com Peter Brook, em Paris e no Irão, trouxe na bagagem a vontade de abrir um novo caminho para o teatro que se fazia em Portugal. O Estado Novo, o fascismo salazarista, eram o muro a derrubar. Quase todas as peças por que se apaixonava eram censuradas. Os actores, metidos nesse universo concentracionário, pouco passavam de devedores de textos. Propôs aos colegas da sua geração fazer algo diferente, mesmo que para isso fosse preciso ganhar muito menos. Queria procurar novos espaços, públicos e dramaturgias. Rapidamente conseguiu passar a mensagem. E em 1972, do zero avançou com a experiência do Teatro Laboratório *Os Bonecreiros*. Dedicou-se às artes da formação de actores, trabalhou a voz e o corpo, em exercícios de auto-conhecimento.

No mesmo ano, em plena ditadura, funda A Comuna – Teatro de Pesquisa. A companhia insurgiu-se desde logo contra o sistema. O trabalho que faziam constituía uma ameaça ao teatro estabelecido, adormecido e aquietado, onde já não havia criação. O combate não era contra os profissionais de cena, conforme ficou provado pelo facto de o primeiro espectáculo de A Comuna, numa das salas exploradas pelo empresário Vasco Morgado, ter tido a colaboração do cenógrafo Pinto Campos, do teatro de revista, que fez a decoração do

espaço. E essa abertura, extensiva a todos os grupos e a todos os tipos de experiência, manteve-se até hoje.

João Mota integrou a primeira reforma do ensino artístico em Portugal, levada a cabo por Madalena Perdigão e Veiga Simão, e foi convidado a dar aulas aos futuros professores de expressão dramática na Escola Superior de Educação pela Arte. As

mulheres, que inicialmente iam para as aulas de saia, sapato alto e meia de vidro, rapidamente se habituaram a sentarem-se no chão. Ainda hoje é assim que gosta de ensinar.

Tem dúvidas se existe vida para além da morte e não se preocupa com isso. O que verdadeiramente o inquieta é o testemunho que passamos aos que vêm a seguir. Talvez por isso seja apaixonado pelo ensino. Criou, a partir da sua vida e inspirado nos seus mestres, um método próprio de formar actores. Dentro da sala de aula é outra pessoa. Fala muito com os alunos, tentando conhecer cada um individualmente. Cria com eles cumplicidades, pondo-os sem se darem conta a falar dos seus problemas, nas sessões de improvisação.

Dotado de uma paciência e compreensão extremas, deixa marcas em quem tem o privilégio de aprender com ele. No Conservatório de Lisboa chegaram a querer expulsá-lo, por pôr os alunos a tocarem-se uns aos outros nos exercícios de criação.

Mas foi na Escola Superior de Teatro e Cinema que as suas teorias



Regressou da Guerra Colonial, em Angola, diferente, carregado de inquietações, dúvidas e muitas perguntas. Tinha feito a guerra, estando contra ela



A geração dos homens que fizeram vinte anos nos Anos 60 passou por muitas alterações que se reflectiu na irreverência dos cabelos compridos e na forma de vestir e de pensar

mais longe foram. Ali dirigiu, em 1993, a primeira licenciatura em Teatro-Educação; foi director do Departamento do Teatro e chegou a assumir o cargo de Presidente do Conselho Directivo, acabando por se aposentar em 2002.

Estranhamente, recusa-se a escrever um texto, mas a sua cabeça é como um computador. Acredita que os alunos lhe podem ler e pensamentos

e, com frequência, não verbaliza. Há quatro anos dirigiu o primeiro Mestrado de Teatro e Educação do país, na Universidade do Algarve.

Simples e humilde nunca gostou de vestir fato e gravata, mas já fez a esse propósito algumas cedências, com a mãe, Conceição, enquanto foi viva, ou com pessoas a quem deve atenções. Quando dava aulas no Con-

servatório foi alertado para não ir ao Ministério da Educação com a mala *hippie* que habitualmente usava.

Fala com frequência da mãe, com quem sempre viveu. Descreve-a como mulher do campo, uma verdadeira loba, que fugiu de Tomar para Lisboa com os filhos, João Mota e Teresa Mota, dois anos mais velha, na esperança que um dia fossem

Vitinho e o Pai-Galinha

O MENINO que fazia de Vitinho no lendário *sketch* do *Está na hora da caminha...* que levava as crianças a irem deitar-se a tempo e horas, é o filho de João Mota. Hoje com 27 anos. Quico é produtor teatral na Comuna.

No papel de pai, o actor fez sempre questão de o pôr em colégios privados, dando-lhe do bom e do melhor e assegurando-se de que nada lhe faltava. Nunca abdicou de o ir levar e, quando dava aulas no Conservatório, no Bairro Alto, arranjava sempre tempo para apanhar um táxi e ir almoçar com ele a casa.

A meio da tarde Quico ia para A Comuna brincar com os filhos dos actores, da cozinheira e da mulher da limpeza, acabando por adormecer ali e ser levado ao colo para casa.

Liberal mas sempre preocupa-



João com o Quico nas férias de Verão

do, João Mota deixava-o, aos oito anos, ir sozinho de Metro comprar selos ao Rossio, e só mais tarde Quico descobriu que afinal

ia sempre atrás dele, ver se tudo corria bem.

Ao mesmo tempo que lhe dava tudo, João Mota era super exigente e não tolerava falhas a Quico. Quando ele estava no 5º ano comprou-lhe um computador topo de gama, avisando de que tinha regras para o utilizar. E quando o terceiro aviso não foi respeitado, pegou no computador e partiu-o. E o mesmo aconteceu com uma viola. E quando começou a ter negativas, cortou-lhe a mesada.

Em casa, onde ambos continuam a viver, a hora de jantar é sagrada, e ainda hoje fazem questão de jantar juntos aos domingos e segundas-feiras. A única divergência de fundo é, já que Quico é sportinguista e João benfiquista. E as discussões são quase sempre acaloradas.

DECLARAÇÃO EM EXCLUSIVO

J'ai dans mes souvenirs beaucoup d'images passionantes des acteurs avec qui j'ai travaillé. Il y a une qui est spécialement attendrissante - le moment où j'entends le nom João Motta toute sa qualité apparaisse - son humanité et son exceptionnel talent artistique. Il a droit à tout hommage.

*Peter Brook à Politecnia
Primavera de 2006.....*

Peter Brook: a referência

Conhecer Peter Brook foi uma revelação na vida de João Mota. Foi na Pérsia ao regressar da guerra que teve a oportunidade de trabalhar com este gigante mundial do teatro. Percebeu com ele que tudo o que sonhara até aí, no campo da encenação e representação, podia ser realizado. As suas inquietações transformaram-se em metas. A experiência de trabalho com ele deu-lhe segurança e a certeza do que queria fazer quando voltasse a Portugal. Acompanhava o mestre dez horas por dia. Aprendeu com ele a gostar de viver e a saborear os grandes prazeres do teatro e as técnicas desta arte que aplicou nas aulas de iniciação de actores.

O livro "O Espaço Vazio", de Peter Brook, ensinou-lhe que a existência de um espaço em de cada um de nós, livre e disponível, no acto da criação, é imprescindível. João Mota fê-lo gostar do fado e da autenticidade. E convidou-o a vir a Portugal, colaborar na primeira reforma artística do ensino no nosso país.

A devoção ao mestre fê-lo ir, de propósito, a Paris, ao Teatro Bouffes du Nord, assistir a todas as peças encenadas por ele. Mesmo que isso implique ir num sábado e voltar a um domingo.

Peter Brook nasceu em Londres, em 1925, e distinguiu-se no teatro, na



João Mota na peça do Bão exibida na Comuna em 1975

ópera, no cinema e na escrita. Famoso mundialmente, pelo seu trabalho pioneiro no mundo teatral, dirigiu várias produções na Real Companhia de Shakespeare, e fundou em Paris o Centro Internacional de Criação Teatral, que propõe que o actor desaprenda o modo tradicional de representar para se tornar parte integrante do que assume em cena. Em 1974

reabre o histórico Teatro Bouffes du Nord onde se mantém até hoje.

Encenou mais de uma dezena de peças, dirigiu várias óperas e produziu cinco filmes. É autor de Brook's autobiography, Threads of Time, The Shifting Point, There are no secrets. Traduzido em mais de 15 línguas The Empty Space é uma obra de referência.



Memórias de um viajante das sete partidas do mundo: no Estreito de Gibraltar em Julho de 1980

doutores. Uma zanga com o marido levou-a a tomar essa decisão. António Rodrigues, o pai, negociante de profissão, arranjava sempre problemas em casa.

João Mota nasceu em Tomar, a 22 de Outubro de 1942. Guarda do pai,

que morreu aos 48 anos, lembranças amargas, como a do dia em que o fez ficar com a irmã à espera de irem à Feira Popular, vestidos com os melhores fatos, e ele não apareceu. Vivia nessa altura na Conde Valbom, numa Lisboa com poucos carros, em que podia brin-

car na rua, jogar à bola e ao pião.

Fez a escola primária em São Sebastião da Pedreira. Ainda hoje se lembra da professora Joana, opositora, proibida de dar aulas depois do Craveiro Lopes ganhar as eleições, sob a acusação de pôr os meninos a



O actor nos anos 90: uma expressividade que nasce nas mãos e nos gestos e se transmite intensamente pelo olhar e movimentos, e com o seu grande amigo Carlos Paulo



discursarem com uma vassoura e a dizerem mal do Salazar. Fez o Curso comercial na Escola Patrício Prazeres, acabada de inaugurar. A mãe sonhava com o dia em que a filha Teresa fosse professora e ele empregado bancário. Mas nada disso aconteceu. Quiseram ambos experimentar o teatro. João Mota começou aos 10 anos na Emissora Nacional. A fazer programas infantis, depois da irmã o ter inscrito num concurso, que acabou por ganhar por ter voz grossa e ser trapalhão.

Da rádio passou-se para a televisão. O realizador Rui Ferrão convidou-o para entrar na peça "Duelo do Vaqueiro" e ele aceitou. Em seguida desempenhou o papel de um miúdo de 12 anos na peça "O Mar", de Miguel Torga, ao mesmo tempo fazia teatro com o grupo dos jovens da Igreja de Fátima.

Uma carta enviada pela irmã à atriz Amélia Rey Colaço levou-o a subir ao palco no Teatro Nacional D. Maria II, na peça "A Castro" de António Ferreira. Mas a mãe não gostou da ideia e proibiu os filhos de irem para o teatro. A profissão de actor era mal afamada. Dizia-se que era coisa de prostitutas, chulos e homossexuais. Mas os dois irmãos fizeram greve da fome e acabaram por vencer. Aos poucos, a mãe foi aceitando a decisão e até já gostava de os ver no mundo artístico. Teresa acabou por se formar em Letras, dando hoje aulas em Paris, na Sorbonne. João não tirou nenhum curso superior, mas estudar tem sido o seu lema de vida.

O serviço militar em Mafra e a instrução na Amadora não o impediam de fazer teatro. Acabava a peça à meia-noite, e às cinco e meia da manhã apanhava o comboio para a Amadora. O dia começava com uma corrida de 20 quilómetros.

Regressou da Guerra Colonial diferente, carregado de inquietações. Tinha feito a guerra, estando contra ela. Assistira, quinze dias antes do Natal, a um acidente brutal, provocado pela avaria da arma de um colega, que se disparou, matando e ferindo vários companheiros. Ainda hoje recorda o que lhe disse o comandante, tentando consola-lo pela morte de um amigo que não gostava do regime: "Foi melhor assim. Quando chegasse



Na Casa de Mateus com artistas e escritores em 1984, (em cima), durante o primeiro mestrado em Teatro Educação da Universidade do Algarve em 2003, (a meio), e com o José Manuel Peixoto, professor da Escola Superior de Teatro e Cinema e a irmã, Teresa Mota (em baixo)

à pátria ia ter problemas por causa das opções políticas que tinha."

A leitura de poemas de um autor angolano que estava preso no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, levou-o para a prisão.

Matava as saudades da família trocando cartas com a mãe. Solitário escreveu um poema que começava assim: "Nunca me senti tão só no meio de tantos homens". O jogo era um vício terrível, que deixava marcas. Via, com tristeza, soldados a perder tudo, apostavam as medalhas que as mães lhes tinham oferecido, as alianças de casamento.

Na guerra fez muitos amigos, que ainda hoje reencontra em almoços de

actor e seu grande amigo Carlos Paulo, deixou, sem querer cair um jarro com água sobre ele.

João Mota continua a dirigir A Comuna com a mesma garra de outros tempos, insistindo em *pisar o risco*, fazer coisas novas num país onde o teatro é pouco apoiado e reconhecido.

Nas estreias das peças que encena nunca gosta de ir ao palco. Fecha-se na cozinha, e aí aguarda informações sobre a reacção do público. Quando chega a casa liga a televisão e vê um resumo de notícias ou um filme. Embora goste de estar atento ao que os colegas de profissão andam a fazer, lamenta que as telenovelas não tenham apenas 60 episódios.

África portuguesa. Da Ásia foi só ao Irão. Explorou a Grécia de uma ponta a outra e planeia ir à Índia e ficar por lá mês e meio. Japão e China estão em lista de espera. Gosta de experimentar a gastronomia de cada país. Come muitas vezes fora e aprendeu há pouco tempo a apreciar cabeça de garoupa. Foi macrobiótico durante três anos e ainda se lembra de andar com a marmitta atrás quando ia jantar com os amigos. Cozinha mal, tendo como única especialidade o bife com natas, whisky e pimenta moída.

João vive para os outros. Quando recebe visitas gosta de criar um espaço onde se sintam bem. Prepara tudo como se fosse um cerimonial: põe a

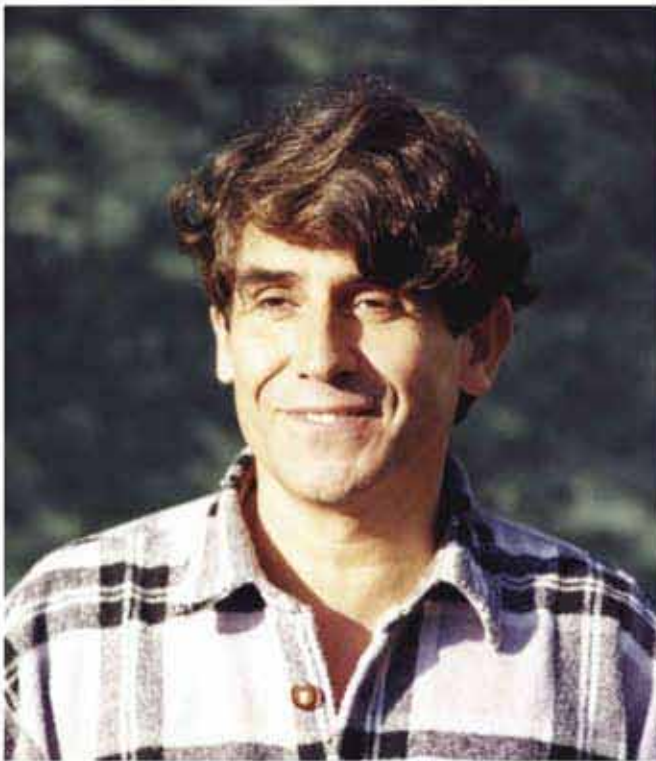


foto de Maria Clara Martins

Ontem como hoje, o mesmo ar feliz e a mesma serenidade

convívio. Chegou a levar 24 soldados, à partida analfabetos, ao exame da 4ª classe. Ao terminar a sua comissão de serviço, partiu para Paris, onde presenciou o Maio de 68. Achava graça aos *hippies*, mas nunca gostou de drogas.

O palco, para ele, é um local sagrado. Habitado ao papel de encenador, quando representa tenta recolher-se. Tem medo de falhar e não perdoa falhas, nem a si nem aos outros. Numa peça representada na cidade de Calli, na Colômbia, saiu de cena quando o

De falta de tempo não se queixa porque ocupa bem o seu tempo. Gosta de ir ao cinema e utiliza a Internet para pesquisar informações que precise.

Experimentou quase todos os desportos, mas razões de saúde obrigaram-no a afastar-se. Era um bom jogador de pingue-pongue, mas praticou também voleibol, hóquei, futebol e natação. E fez atletismo no Sporting, embora seja adepto do Benfica.

Já deu aulas na Espanha, na França e no Brasil. Conhece bem a

mesa, o vinho e retira-se para o seu canto. Convencido de que o seu papel acabou ali.

Diz que nunca vai parar. Planeia deixar a confusão de Lisboa e refugiar-se em Tomar, num *casulo* que está a preparar. É um velho casebre, na rua onde a mãe nasceu. Quem o conhece de perto profecia que irá continuar a fazer teatro, com grupos de amadores, desenvolvendo um trabalho que não lhe dê visibilidade mas que lhe permita manter-se activo.

Missão a Macau

IPL defende língua portuguesa

Na sua qualidade de membro titular da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), o Instituto Politécnico de Lisboa participou no XVI encontro daquela associação, que se realizou de 12 a 16 de Junho em Macau. A delegação do IPL foi composta pelo nosso Presidente, Vicente Ferreira, e pelo Administrador, António Marques.



O TEMA principal em discussão foi a organização do espaço de ensino superior e da investigação académica nos países de língua portuguesa, tendo os membros proposto medidas implementáveis no terreno. O papel da língua comum no contexto do multiculturalismo e da cooperação económica esteve também em análise, a propósito da realização em Macau do Fórum para a Cooperação Económica entre a China, Macau e os Países de Língua Portuguesa.

Na sessão solene de abertura, foi visionada uma mensagem do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, professor Maria-no Gago, onde apelou à cooperação

entre todas as instituições de ensino superior pertencentes aos países da AULP e onde fez várias considerações e teceu opiniões sobre o tema. Estiveram também presentes neste encontro vários vice ministros da educação, nomeadamente os do Brasil, de Angola e ainda representantes de ministros de Cabo Verde e de Moçambique.

O XVI encontro da AULP encerrou com um debate alargado sobre o espaço da língua portuguesa no mundo e as suas implicações no ensino superior, tendo ficado decidido criar uma rede entre instituições de ensino superior portuguesas e de vários países da AULP, no sentido

de fomentar o intercâmbio de alunos no espaço da Associação. As áreas de estudo a privilegiar nesta rede serão o estudo da língua portuguesa, a agronomia e a micro-electrónica.

Aproveitando a participação de todos os Politécnicos no encontro da AULP, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, efectuou o seu plenário durante o evento. Foi ainda assinado um acordo de cooperação entre o Instituto Politécnico de Macau e o Conselho Coordenador, com o objectivo de promover o intercâmbio e a mobilidade académica, científica e técnica entre as partes.

Política de comunicação em debate

Bruxelas lança Livro Branco

A Comissão Europeia lançou em Fevereiro, no ciberespaço, um documento sobre a Política de Comunicação para a Europa, intitulado *White Paper on a European Communication Policy*. A proposta está em discussão pública na Internet, até final de Junho, aberta à participação dos cidadãos de todos os Estados-membros. Portugal, inclusive...

Texto de Mafalda Eiró-Gomes



DAR À EUROPA UMA FACE HUMANA

ilustração de Ruben Pedro

O documento encontra-se disponível na Internet, para leitura e apreciação dos cidadãos europeus. O período de discussão pública termina no final de Junho, momento em que a comissão procederá a uma revisão das propostas e à apresentação de diferentes planos de acção.

É esta a primeira vez que a "comunicação" é entendida pela Comissão Europeia como um objecto de trabalho e discussão, e não como mero instrumento de divulgação das diferentes políticas europeias. Independentemente dos motivos que levaram a tal tomada de decisão, não podemos deixar de nos congratular com tal acontecimento.

São três as grandes ideias que norteiam a presente proposta: *inclusão, diversidade e participação*. O *empowerment* dos cidadãos emerge como uma preocupação central consubstanciada em três grandes objectivos: fomentar a educação cívica, aproximar os cidadãos uns dos outros e aproximá-los das instituições europeias.

O documento apresenta-se organizado em cinco grandes linhas: necessidade de definir princípios comuns, baseados nos ideais europeus de equidade, acesso à informação e direito à liberdade de expressão; *empowerment* dos cidadãos, isto é, a ideia de que as políticas se deverão centrar nas necessidades, preocupações e interesses reais das popu-

O Livro Branco foi precedido de um outro documento, o *Plano D*. No dia do seu lançamento, Margot Wallstrom, vice-presidente da Comissão Europeia para as Relações Institucionais e a Comunicação Estratégica, proferiu um discurso intitulado "Communicating a Europe in Stormy Waters: Plan D" onde convidava todos os cidadãos europeus a aceitarem o desafio de tornarem a Europa cada vez mais um espaço de diálogo, debate e democracia. Tal foi o desafio que a Escola Superior de Comunicação Social não podia recusar, pelo que no dia 31 de Maio se realizou nas suas instalações uma discussão pública, subordinada ao título "Europa Comunicante" do Livro Branco para uma Política Europeia de Comunicação".

A representação da Comissão Europeia em Portugal aceitou, de forma entusiástica, ao convite que lhe foi endereçado pela secção de Comunicação Organizacional da Escola e pela Associação de Estudantes de Relações Públicas e Comunicação.

A apresentação do Livro Branco foi feita por Manuel Romano e Alexandra Sá Carvalho, perante uma audiência de jovens estudantes. Alexandre Cordeiro e João Duarte, presidentes da Associação dos Profissionais de Comunicação e da associação de estudantes organizadora juntaram-se ao debate, demonstrando assim a disponibilidade das duas insti-

Como se poderão equilibrar as proposições contraditórias da unificação económico-política, com aquelas da particularidade criativa? Como poderemos dissociar uma riqueza salvífica de diferenças, da longa crónica de ódios mútuos? Não sei a resposta. Só sei que aqueles mais sábios do que eu têm de a encontrar, e que a hora é tardia.

George Steiner in A Ideia de Europa

lações; reconhecimento da importância dos meios de comunicação social e das novas tecnologias da informação e comunicação; necessidade de dialogar com os europeus (e não para os europeus), o que passa por uma compreensão dos diferentes públicos e *stakeholders*; e por último (mas não em último), cooperação entre as diferentes organizações da sociedade civil, os órgãos decisores e executivos locais, os Estados-membros e a Comissão Europeia. O objectivo global é só um: *Dar à Europa uma Face Humana*.

tuições para responderem ao apelo da Comissão Europeia. O objectivo, conseguido, era discutir, criticar, apresentar propostas de reformulação e operacionalização dos grandes princípios propostos para a comunicação na Europa.

Os dados estão lançados. É chegado o momento de convidar todos os cidadãos a aceitarem o desafio de construir uma Europa cada vez mais comunicante. Como propunha George Steiner: "Liberdade de uma ideologia falida, o sonho pode, e deve, ser sonhado novamente."

Finlândia e Portugal trocam docentes

NO ÂMBITO do programa de intercâmbio Socrates/Erasmus, a Escola Superior de Dança de Lisboa e a Universidade de Turku, na Finlândia, trocam professores. Enquanto a professora portuguesa Madalena Silva leccionará na Finlândia, Sirkku Kokki, professora de dança jazz, assegurará em Portugal as aulas de técnicas de dança.

Sirkku Kokki concluiu o mestrado no ano de 1991, na Escola de Teatro de Helsínquia, percorrendo depois o seu país como bailarina, coreógrafa e pedagoga. Entre as suas criações para teatro musical destacam-se as coreografias "King Creole" (Rei Creoulo) e "Frankenstein". É também professora da Turun Seudun Tanssioppilaitos, uma escola com mais de mil e trezentos alunos, desde 1994, e integra o corpo docente da Academia de Artes de Turku, uma universidade de ciências aplicadas.

A técnica jazz, seu principal interesse e domínio, é baseada no *Método Matt Malton*, em que o prazer de dançar é decisivo. Nas contracções, piruetas e passos utiliza movimentos contemporâneos, valorizando o movimento do corpo e o espaço. É esta a quinta vez que Sirkku Kokki trabalha com os alunos da Escola Superior de Dança.

Madalena da Silva, a docente que se deslocou à Finlândia nasceu em Lisboa em 1979 e é licenciada em Dança (ramo espectáculo) pela Escola Superior de Dança de Lisboa. Já trabalhou com coreógrafos como Olga Roriz, Rui Lopes Graça, Mariana Rocha, Didier Chazeau e Armando Maciel.

Actualmente trabalha como assistente de encenação e responsável pelo movimento da peça "As 4 gémeas" com encenação de Joana Brandão que estreou em Maio.



O fazedor de milagres

O livro de Eugénia Vasques, "João Mota, o Pedagogo Teatral", dá-nos a conhecer, através do seu percurso de vida as transformações mais significativas da estética teatral nos últimos 50 anos e as funções educativas e sociais desempenhadas pelo pedagogo, actor, discípulo e mestre "fazedor de milagres".

Texto de Natália Pais

O LIVRO de Eugénia Vasques tem três pontos de referência fundamentais, cuja leitura se interpenetra e nos conduz a uma melhor compreensão da vida e da obra que João Mota vem realizando: Testemunhos e auto-apresentação (apontamentos biográficos); o pedagogo, introdutor de uma pedagogia criativa; e o actor, em que se inclui a função de autor de actores.

Para os que nasceram na primeira metade do século passado, acompanhar a história de vida de João Mota como ponto de partida para compreender o modo como desempenha, alternada ou simultaneamente, os papéis de autor – actor, ou de mestre – discípulo, sintoniza-nos com as nossas próprias vivências de constrangimento e insatisfação.

Para os mais jovens a referência a esse percurso pessoal e artístico ajuda-os a imaginar as limitações dos modelos sócio-culturais, do convencionalismo burguês, as expressões políticas ligadas a uma guerra insustentável e deslocada no



A sessão do lançamento do livro, no Museu do Teatro, juntou na mesa, da esquerda para a direita, o director do Museu Nacional do Teatro, José Carlos Alvarez; presidente do IPL, Vicente Ferreira; o professor Arquimedes da Silva Santos; a psicóloga Natália Pais; João Mota; o director das Edições Colibri, Fernando Mão de Ferro e a autora, Eugénia Vasques

tempo, as vozes contestatárias, o significado libertador do Maio 68, a responsabilidade assumida nos tempos de mudança, a importância das intervenções renovadoras e criativas, tanto a nível artístico e pedagógico, como social e cultural.

Não fora o modo criativo como ele transformou a experiência de vida pessoal e profissional, na fundamentação de novos valores éticos e estéticos, no domínio das artes, na formação de artistas e na criação de espectáculos teatrais

inovadores, as referências biográficas do livro, perderiam o significado como realidade situada em termos históricos, sociopolíticos, pedagógicos e culturais.

A responsabilização precoce no papel de "homem da casa" num cenário familiar carregado de afectos, a necessidade de exteriorização das suas potencialidades artísticas e humanas, levam-no, desde muito cedo, à necessidade de reflexão, de disciplina interior e de se manifestar num cenário "mítico – religioso", qual Gil Vicente, a escrever e apresentar peças na Igreja da sua terra onde e assumia como o autor, actor e ensaiador.

Justifica-se, assim, também a sua presença nos espaços de produção artística ligada à expressão dramática ou como na época se chamava "arte de dizer", a rádio, o teatro, a televisão, a orientação de grupos teatrais juvenis, onde se identifica com uma das características fundamentais da Pedagogia Activa – *Aprender ensinando e ensinar aprendendo*.

A sua passagem pelo cenário da guerra colonial, pôs à prova a necessidade de confrontação entre a trágica realidade do sofrimento, da solidão e da morte e a necessidade de (re)apresentação, de modo expressivo, autêntico e interiormente vivenciado de tudo o que dissesse respeito à transmissão de sentimentos, à criação de personagens, à comunicação entre os homens.

Um profundo desejo de libertação, de renovação de linguagens, de alteração de conceitos e de concretização de

novas práticas teatrais, levou-o a estabelecer contacto com as figuras mais eminentes da época (Grotovski, Gutkin, Peter Brook) e a partilhar experiências profissionais com artistas de todo o mundo, a familiarizar-se com novas formas de comunicação teatral e sobre tudo a sentir que o acesso a esse tipo de comunicação exigia um percurso pedagógico diferente no que se refere à formação de actores e ao trabalho de formação da sensibilidade dos educandos e do desenvolvimento das suas capacidades criativas.

Dai a sua faceta de pedagogo, com base num conceito de educação radical numa antropologia situada e dirigida ao homem como realidade biológica (corpo, voz, postura); psicológica (desenvolvimento a partir das sensações, da sua

transformação em emoções e sentimentos, em afectos e identificação de valores); e social (necessidade de contacto e comunicação com os outros através de várias formas de expressão, atribuição de significados, invenção de códigos, e criação de novas linguagens).

Podemos dizer que na metodologia criada por João Mota estão contidos os aspectos essenciais das correntes pedagógicas contemporâneas: Pedagogia Activa, Lúdica, Libertadora e Criativa, rumo a uma perspectiva de conhecimento de si próprio e dos outros como condição de interacção social saudável e da formação de uma consciência cívica de carácter universal.

O acesso a essa tomada de consciência cívica / universal será facilitado



João Mota, o editor Fernando Mão de Ferro, e a escritora Eugénia Vasques

Teorias da Comunicação



CRIAR uma revista de cariz científico na Escola Superior de Comunicação Social foi um projecto alimentado e persegui-

do ao longo dos anos, um tema múltiplas vezes apresentado e discutido em fóruns internos, consensualmente defendido entre o corpo docente e no seio dos órgãos de gestão mas que, apesar dos esforços despendidos por muitos, tardava em se concretizar.

São conhecidas as dificuldades específicas e as limitações que no quadro do ensino politécnico se têm colocado ao desenvolvimento sustentado da investigação científica. Contudo, nesta como noutras escolas de um subsistema novo, foi-se constituindo nos últimos anos um corpo docente numeroso, com uma sólida formação académica e experiência científica,

reforçado por um grupo de especialistas altamente qualificados profissionalmente que, quer num caso quer noutra e face à inexistência de alternativas, foram escoando a sua produção teórica para o conjunto de publicações externas disponíveis nas suas áreas específicas de trabalho. O projecto da revista nasce antes de mais desta vontade autoral, para acolher estes trabalhos e reuni-los doravante numa publicação à qual esteja associado o nome da Escola Superior de Comunicação Social.

À imagem da Escola, a revista *Comunicação Pública* não pretende ser apenas mais um projecto editorial para o campo da comunicação, mas um

espaço de publicação aberto a receber todos os trabalhos de investigação, ensaios teóricos e notas críticas que, independentemente da diversidade de perspectivas, linguagens, contextos e objectivos que os caracterizem, tenham nas formas de comunicação o seu objecto comum.

A escolha do título *Comunicação Pública* pretende dar conta dessa intencionalidade programática. Nomes mais próximos das formas institucionalizadas de designar os fenómenos da comunicação e porventura do seu entendimento comum, seriam menos representativos da identidade do projecto. Noções correntes como

a de "comunicação de massas" ou de "comunicação social", por exemplo, remetem para processos comunicacionais de larga escala caracterizados pela difusão de mensagens de um determinado centro emissor para uma pluralidade de receptores, difusão esta baseada em processos mecânicos e essencialmente electrónicos. De fora são deixados os processos comunicacionais interpessoais e de pequeno grupo inscritos em estratégias de comunicação pública, processos presenciais ou que recorrem a instrumentos de contacto à distância. Áreas como as relações públicas, a comunicação organizacional e grande parte da comunicação

corporativa, não estão, em bom rigor, englobadas em designações deste tipo.

Sob o nome de "comunicação pública" podemos abarcar mais explicitamente não só diferentes contextos de comunicação – interpessoal, grupal, organizacional, comunitário e social – como diferentes escalas de actuação – local, regional, nacional e internacional. E podemos ainda dar maior relevo aos diversos sistemas especializados de actividade que, de uma forma profissional e organizada, repartem entre si a função social de levar até aos mais variados públicos todo o tipo de mensagens na contemporaneidade.

Nesta óptica de abertura, procura-se promover o cruzamento multidisciplinar e a diversidade de abordagens e não se privilegia nenhum domínio científico ou paradigma teórico, desde que as análises produzidas possam oferecer um contributo ao desenvolvimento, à compreensão e à construção de uma teoria da comunicação humana. Assumindo que pela sua natureza esta é uma área em que a delimitação de fronteiras é muitas vezes artificial, a *Comunicação Pública* recebe naturalmente contribuições da antropologia, da sociologia, da psicologia, da economia, da história, da filosofia, da linguística, da ciência política, da

matemática e da estatística, da informática e da cibernética para a explicação e a interpretação desse fenómeno consensualmente reconhecido mas dificilmente conhecido que é a comunicação entre os homens. A revista dá igualmente destaque a trabalhos direccionados sobretudo para abordagens comunicacionais mais técnicas e aplicadas, como as oriundas da comunicação organizacional, da comunicação de marketing, do jornalismo, do estudo dos meios, das relações públicas, da publicidade ou das tecnologias audiovisuais e multimédia.

Comunicação Pública
Revista da ESCS nº 1
Outubro, 2005



Vicente Ferreira, Arquimedes da Silva Santos, Natália Pais e João Mota

pelo recurso a formas naturais e expressivas de comunicação e daí a sua ligação às Artes, ao Jogo e à Cultura, manifestações inerentes à existência do homem e que definem a sua essencialidade.

O trabalho de João Mota na transformação do teatro em Portugal, não se limita à apresentação de espectáculos inovadores, em que os espaços se transformam, os actores se desdobram, as palavras e os gestos se harmonizam e o público se envolve a ponto de não mais esquecer que esteve presente.

Ele é simultaneamente actor e autor de potenciais actores, estabelecendo uma relação dialéctica profunda entre o mestre e o discípulo, no sentido sócrático, levando cada um a descobrir-se, a aceitar-se e a libertar-se.

Só assim será possível chegar a um teatro centrado no actor que se despe

das suas próprias máscaras, se identifica na transfiguração para personagem e se sente como "criador" onde habita o texto", liberto, disponível para aceitar a



Lotação esgotada no Museu do Teatro para ver, ouvir e ler João Mota

eventualidade das vivências e o desafio à renovação dos conflitos.

Por isso para além de ter criado um estilo, no modo como transmite o seu saber teatral, João Mota multiplica-se através dos seus discípulos fazendo escola, ensinando a tornar visível o invisível e assume a total responsabilidade de intervenção sócio-cultural do teatro como processo de valorização do homem e como forma de construção de uma sociedade mais coesa e cooperante.

De leitura muito agradável, a obra é indispensável para quem queira conhecer a história do Teatro em Portugal nos últimos 50 anos, aproximar-se das suas ralações com o pensamento pedagógico contemporâneo e reflectir sobre a problemática da Arte e da Educação do ponto de vista ético/estético e do seu reflexo a nível artístico e cultural.

Será o vestuário o prolongamento da nossa pele?



«A Moda é o que passa de moda» – disse, numa bla-

gue inteligente, de acentuada perfuração irónica, Gabrielle Chanel, quando lhe pediram que definisse este fenómeno, objecto de estudo do Professor Paulo Morais-Alexandre no livro «A Moda e a Educação», editado pela Escola Superior de Teatro e Cinema. Trata-se, afinal, do complexo mecanismo de tipo psicológico que leva à aceleração do consumo.

A primeira área onde esta manifestação foi estudada foi a do vestuário, embora ela se não restrinja a este campo emblemático, estendendo-se habilmente a todos os territórios do consumo, do mobiliário à comida. Lembre-se, a

este propósito, a «invasão» dos restaurantes portugueses pelo pudim *Molotov* ou, mais recentemente, o consumo dos kiwis, da rúcula ou do *sushi*.

No presente estudo a pesquisa atém-se à análise e às implicações da Moda nas escolhas do que se veste. Inventariam-se aqui as várias hipóteses de relações entre a problemática da educação e os consumos de indumentária, desde a vertente mais formal aos comportamentos menos convencional. Traçando um percurso que vai das gravuras de trajes à imprensa especializada, aqui se explica o funcionamento dos mecanismos de formação e

contra-formação do gosto, implicações racionais e estéticas, criatividade e influência dos jovens sobre os pais e aos outros adultos.

É esta obra também um pretexto para, pedagogicamente, dar indicações bibliográficas na área, destinadas a servir de guia a todos quantos procuram informação teórica que os leve a aproximações ao estudo da Moda. Será o vestuário, como pretendia Marshal McLuhan, o prolongamento da nossa pele?

«A Moda e a Educação»
Paulo Morais-Alexandre
Edições ESTC, 2006

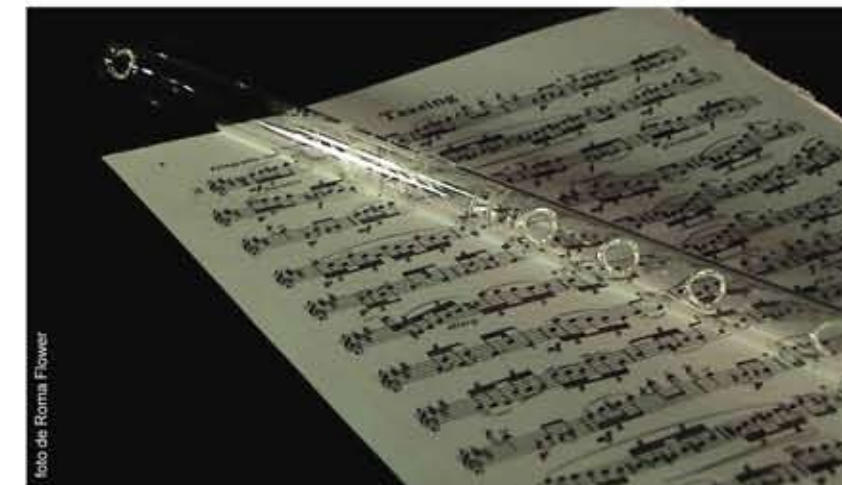


Tratado de harmonia em português

O primeiro tratado em português sobre a harmonia, da autoria do maestro, compositor e professor da Escola Superior de Música de Lisboa, Christopher Bochmann, continua a fascinar os investigadores e estudiosos da música. A edição é da Juventude Musical Portuguesa que promete para breve um segundo livro.

Texto de Sérgio Azevedo

A ESCASSEZ do nosso meio editorial relativamente à arte da música, que ainda continua e nos separa da nossa vizinha Espanha, tem sido o grão de areia na engrenagem. Christopher Bochmann, autor do livro «A Linguagem Harmónica do Tonalismo», já tem, há muito, materiais suficientes para uma boa dúzia de livros sobre os mais variados assuntos relativos à teoria da música. Que apenas o pequeno tratado de harmonia que aqui se aconselha tenha vindo a lume em 25 anos de carreira em Portugal, só demonstra a bizarria do meio editorial português. Felizmente para todos os interessados, a instituição que tornou possível «A Linguagem Harmónica do Tonalismo» (Juventude Musical Portuguesa) prepara-se para nos brindar com o 2º volume, totalmente preenchido com excertos musicais extraídos da história da música, que concernem o período da linguagem tonal tratada no 1º volume, e que complementam a informação teórica com exemplos "reais".



Ainda que já publicado e disponível no mercado há quase três anos, parece-me importante continuar a divulgar «A Linguagem Harmónica do Tonalismo», do compositor, professor, maestro e teórico inglês, responsável pela formação de toda uma geração de novos compositores. Uma das vertentes mais notáveis da actividade de Bochmann é a sua vertente pedagógica, para a qual

tem não só um pendor natural, como também uma formação ideal, ou não tivesse estudado com a maior professora de música deste século, a mítica Nadia Boulanger, responsável, entre outras façanhas, pela formação de toda uma geração de altamente qualificados compositores americanos, como Copland, Barber e Piston.

O que distingue «A Linguagem

Um olhar sobre Portugal



O RELATÓRIO de 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) refere

que Portugal ocupa o 27º lugar no ranking mundial, em termos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), estando incluído nos países de alto desenvolvimento humano. Os primeiros lugares da lista são ocupados pela Noruega, Islândia, Austrália e Luxemburgo.

O PNUD é – recorde-se – uma rede mundial das Nações Unidas para o desenvolvimento, presente em 166 países. O programa defende a mudança e liga os países ao conhecimento, experiência e recursos.

O objectivo é ajudar as pessoas a construir uma vida melhor, idealizando o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento sustentável.

Este estudo convida-nos a reflectir sobre Portugal, a partir de alguns dados relacionados com o país. A começar pela antevisão do que nos espera em 2015. Nesse ano seremos cerca de 10 milhões e 800 mil portugueses, sendo que cerca de 61% da população será urbana. E somente cerca de 15,1% terá menos de 15

anos. Um número maior que este, 18,9%, terá mais de 65 anos nessa data.

Em trinta anos (1970-2000), o número de nascimentos em Portugal baixou de 2,7% para 1,5%. A despesa da saúde *per capita* ascende a 1,702 dólares e 81% das crianças com menos de 12 meses são vacinadas contra a tuberculose e 96% contra o sarampo.

Existem actualmente no país 324 médicos por cada 100 mil habitantes; 8% das crianças registam baixo peso à nascença; a prevalência da infecção

Harmónica do Tonalismo» de outros tratados de harmonia? Em primeiro lugar, creio ser o primeiro tratado escrito em português desde o já longínquo *Manual de Harmonia* de Tomaz Borba (1937), o qual, se ainda usava a cifra barroca (não adequada a uma compreensão da linguagem, mas tão só a uma "realização") e uma já serôdia explicação – não analítica – dos fenómenos harmónicos, tinha no entanto a vantagem de usar uma grande variedade de exemplos musicais "reais", inclusive do século XX (decisão bastante arrojada à época), o que tornava o livro único, e quase a única maneira de contactar com essas obras, não dispendo nós, alunos, de partituras de Stravinsky ou Prokofiev, para já não falar das de Berg ou Schoenberg.

Ao contrário de Tomaz Borba, Bochmann não avança pela dissolução do tonalismo, querendo com este



Foto de Pedro Pires

Christopher Bochmann: uma obra de referência em Portugal

livro explicar apenas o essencial da linguagem tonal na sua plenitude, mas desta vez, com o recurso à análise sonora dos fenómenos (através da

simbologia adequada), e a uma explicação pessoal – mas infalível – que junta os aspectos ligados às alturas com aqueles ligados ao ritmo e à frase. Uma abordagem que junta, em vez de separar, que considera só ser possível falar de harmonia, se se falar também de toda uma outra série de parâmetros e fenómenos musicais. Talvez por isso *A Linguagem Harmónica do Tonalismo* e não o título escolástico mais costumeiro.

Em suma, um livro essencial, brevemente complementado com o 2º volume de exemplos, que deverá fazer parte da biblioteca de todos os professores e estudiosos dessa arte fascinante que é a harmonia tonal.



Foto de Nihvan Aydin

pelo VIH é de 0,4% entre os 15 e os 49 anos e por cada 100 mil habitantes são detectados 37 casos de tuberculose.

Os investigadores não conseguiram determinar a prevalência do tabagismo no período compreendido entre 2000 e 2002. Mas constatam que a mortalidade infantil à nascença baixou de 53 casos para 4, entre 1970 e 2003, por cada mil habitantes; e que a mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos, no mesmo período, baixou também de 62

para 5 casos, na mesma proporção.

A esperança de vida, que subiu dos 68 para os 77 anos entre a população adulta, pode chegar, no caso de uma criança nascida hoje, aos 90 anos no caso das mulheres, e aos quase 80 anos no caso dos homens. Simultaneamente, a mortalidade materna já só atinge 8 mulheres em cada 100 mil.

Relativamente à educação, 5,8% do PIB em Portugal são destinados à educação e, desta percentagem, 17,2% são

canalizados para o ensino superior. Saliente-se que 29% dos estudantes representam os sectores das ciências, matemática e engenharias.

No indicador da literacia, verifica-se que Portugal atinge um nível de alfabetização de 99,5% na população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. No entanto, os dados de literacia entre os adultos não são divulgados.

Na área das tecnologias, por cada mil habitantes, existem 411 telefones e 898 telemóveis (em

1990 existia 1 telemóvel em cada mil habitantes). Não foi possível determinar o número de utilizadores da Internet.

Quais as prioridades da despesa pública no período compreendido entre 1990 e 2002? A educação, de 4 para 5,8% do PIB; a saúde manteve os 6,6% e a despesa militar baixou de 2,7 para 2,1%.

«Relatório do Desenvolvimento Humano»
Programa ONU para o Desenvolvimento
Edições PNUD, 2005



Construção da sociedade mediática

O livro "Gestão do Poder Diluído", de Timoteo Álvarez, foi apresentado no El Corte Inglés por Paquete de Oliveira numa sessão muito concorrida. O livro trata da construção da sociedade mediática entre finais dos anos 80 e os primeiros anos do Século XXI.

ESTÁ DISPONÍVEL no mercado o terceiro livro da colecção Caminhos do Conhecimento, "Gestão do Poder Diluído", de Jesús Timoteo Álvarez, editado pelo Instituto Politécnico de Lisboa em colaboração com as edições Colibri. Trata-se de um ensaio do conhecido professor catedrático espanhol, que só em Espanha vendeu 50 mil exemplares.

Os Media são, para o autor, o sinal mais evidente das transformações sofridas na mudança do ciclo histórico e os referentes dominantes da nova Era. Timoteo Álvarez observa as mudanças operadas entre a queda do Muro de Berlim e os atentados terroristas de Nova Iorque e Madrid, da perspectiva de um dos factores básicos desta mutação: os Meios de Comunicação.

O autor considera que se tem organizado um poderoso sector de informação e comunicação, em que convergem velhas indústrias culturais e Media convencionais com novos formatos e novos Medias. O catedrático fala de um mercado que não é de massas, que tem que ver com o fim de uma sociedade que se move a partir de novos modelos teóricos.



O autor (ao centro), ladeado, da esquerda para a direita pelo vice-presidente do IPL, Fernando Otero, o professor doutor Paquete de Oliveira, o director das Edições Colibri, Fernando Mão de Ferro, o relações públicas do El Corte Inglés. Na primeira fila vê-se ainda à esquerda o presidente do conselho directivo da ESCS, professor António Belo.

Neste contexto os indivíduos comportam-se como vários num só, sendo capazes de raciocinar de forma diferente segundo o momento do dia, o lugar ou a situação, "não tendo porque ser socialista ou conservador todo o tempo e podendo variar de interesses e gostos.

Em resultado, é-se hoje socialista-liberal-conservador, tudo de uma só vez." Esta ideia sugere a hipótese de nas democracias mediáticas, pós-parlamentares, estarem a mudar até os fundamentos da própria democracia, como a legitimação e justificação do poder.



Vitor Macieira (ESCS), Timoteo Álvarez e o ex reitor da Universidade de Lisboa José Barata-Moura

Professor Honorário da ESCS

Professor Honorário da Escola Superior de Comunicação Social, Jesús Timoteo Álvarez é catedrático de jornalismo na Universidade Complutense de Madrid. Antigo jornalista da UPI e da TVE, é doutorado em História da Comunicação e licenciado em História, com estudos em Economia e Jornalismo, pela Complutense; Pós-Graduado em Propaganda pela Columbia (Nova Iorque); e licenciado em Ciências Clássicas pela Lateranense (Roma). Dirige o Grupo I+D *História e Estruturas da Comunicação* e é sócio da *Consultores QuantumLeap*, tendo sido Consultor de Comunicação Coca-Cola e da BP. O seu campo de investigação abrange Organização, Gestão, Políticas e Negócios da Comunicação, Marketing Político, História e Estrutura e Relações com os Media. Este é o seu 11º livro.

O comboio de Bolonha

Duas das palavras que mais se escrevem, dizem e ouvem a propósito do Processo de Bolonha são *competências* e *empregabilidade*, conceitos complexos que devem ser entendidos e respeitados se queremos apanhar o *Comboio da Europa*. Sendo certo que neste caso, apanhar o *Comboio da Europa* é apanhar o *Comboio de Bolonha*. E isso não pode significar simplesmente reduzir os cursos superiores para três anos e deixar tudo o resto na mesma.

Foi neste espírito que o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa iniciou há três anos (a meu ver a bom tempo) um processo de reorganização de algumas disciplinas dos seus Cursos, tendo como objectivo estratégico precisamente as *competências* e a *empregabilidade*. Esta reorganização abrange algumas disciplinas da área científica de Contabilidade e tem a sua maior expressão naquela que é conhecida por PSE (Projecto em Simulação Empresarial). Estas cadeiras são estruturadas e pensadas no pressuposto de que os alunos devem estar no centro do processo formativo, que tem de fluir com uma boa ligação entre eles e os professores e encarregados de trabalho. E ter em atenção que os conteúdos não devem estar isolados do contexto mais vasto do curso e que, ao atenderem ao objectivo de dar competências específicas, deverão estar em perfeita sintonia com as outras disciplinas.

Ali se privilegia, desde o primeiro momento, o trabalho em grupo e, naturalmente, a coesão deste. O trabalho em grupo não só permite um desenvolvimento mais rápido dos conhecimentos individuais, pela interacção, como instala nos estudantes o sentido da responsabilidade. Desde cedo eles percebem que quando um falta, ou não cumpre os seus objectivos, prejudica todos.

A boa relação entre a turma – professor, encarregados de trabalho e estudantes – e o meio envolvente é importante para o êxito da disciplina. Nela se incluem outras entidades in-



Rui M.P. Almeida *

Nas competências adquiridas no Ensino Superior devem estar interiorizados os conhecimentos teórico-estruturantes necessários para que o saber-fazer seja precedido do saber-porque-fazer

ternas (professores doutras disciplinas) e externas ao Instituto, fundamentais para que se cumpra o tão apregoado objectivo de ligação “universidade/empresa”. É essa a condição necessária para manter a disciplina actual e capaz de dotar os estudantes de capacidades específicas, úteis ao seu desempenho profissional. Assim se contribui para a empregabilidade, objectivo principal de Bolonha e de qualquer curso superior.

Convém dizer que nas competências adquiridas no Ensino Superior devem estar interiorizados os conhecimentos teórico-estruturantes necessários para que o saber-fazer seja precedido do saber-porque-fazer.

Para que se passe da teoria à prática, no que se refere à adaptação do curso ao espírito de Bolonha, dotámos estas disciplinas de um conjunto de características que contribuem decisivamente para o desiderato das competências e da empregabilidade. É o caso da relação professor/estudante, da atitude dos estudantes e da avaliação.

A relação professor/estudante deve ser substituída pela relação orientador/orientado. A atitude do

professor deve ser a de permitir que os estudantes sejam orientados para o aprender-a-aprender, incentivando o permanente sentido da investigação e interpretação. Mais do que ensinar como fazer, ele deve proporcionar condições para que os estudantes acedam a informação, ajudando-os a interpretar e transformar essa informação em competências concretas. A relação orientador/orientado requer, por outro lado, uma grande disponibilidade por parte dos professores e uma competência pedagógica, aliada às competências técnica e científica. Em geral, significa a substituição do ensino tradicional unidireccional professor/estudante para um ensino bidireccional, assente no aprender a aprender. Os estudantes, por seu lado, têm que estar disponíveis para um ensino activo de aprender a aprender, em detrimento de um ensino passivo em que se “limitam” a receber informação, memorizar e “descarregar” no exame.

Se queremos um ensino virado para as competências temos de proceder à avaliação contínua, não no sentido de dar notas mas de verificar se as competências foram adquiridas. E, em caso negativo, reorganizar as sessões de trabalho (aulas) para que os objectivos sejam alcançados. No PSE, o sistema de avaliação é contínuo, ao longo de sucessivas sessões de trabalho, enriquecida por avaliações específicas, elaboradas de forma pontual, seja no termo do processo formativo seja mediante testes diagnóstico periódicos.

O processo de avaliação é *multi-vertente*, sendo avaliados não só conhecimentos como procedimentos e, fundamentalmente, as competências adquiridas. A avaliação é individual e de grupo. A “universidade” tem de estar na vanguarda técnico/científica e acompanhar os novos tempos, actualizando processos de leccionação e avaliação, no sentido de ser indispensável à evolução de uma sociedade, com vantagens competitivas para a sua região de influência.

*Professor-coordenador do ISCAL